

COVID-19 Ação distribuiu outros tipos de veículos e foi viabilizada com emendas parlamentares

MUNICÍPIOS SÃO CONTEMPLADOS COM ENTREGA DE 48 AMBULÂNCIAS

Evento ocorreu no interior do Parque de Exposições na Paralela

BRUNO BRITO*

Em uma iniciativa para fortalecer o combate à Covid-19 na Bahia, o governador Rui Costa promoveu a entrega de 48 ambulâncias para municípios de diferentes regiões do território baiano. A ação, na manhã de ontem, aconteceu em evento fechado no Parque de Exposições de Salvador.

Na mesma oportunidade foram entregues 44 veículos administrativos, 37 ônibus rurais escolares e 18 tratores agrícolas (oito com implementos e dez sem). Ao todo, 120 prefeituras foram contempladas, em um investimento de mais de R\$ 13 milhões.

Envolvendo as secretarias

de Saúde (Saúde), da Educação (SEC) e da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), a ação foi realizada através de recursos de emendas parlamentares.

"Dentre os veículos entregues hoje, temos ambulâncias que vão fortalecer esse momento de pandemia da Covid-19, reforçando a atenção básica, inclusive na zona rural de muitos municípios. Além disso, outros veículos foram entregues para dar mais mobilidade às equipes de saúde e de outras áreas pelo interior da Bahia", disse o governador Rui Costa. Ao todo, as ambulâncias entregues tiveram custo de R\$ 2,8 milhões.

Para o secretário da Saúde

Na mesma ação, 44 outros veículos, 37 ônibus rurais escolares e 18 tratores

Investimento foi de mais de R\$ 13 mi e 120 prefeituras beneficiadas

do Estado da Bahia, Fábio Vilas Boas, a chegada de novas ambulâncias é uma importante contribuição neste momento de pandemia. "As ambulâncias vão tornar mais ágil a remoção dos pacientes, neste momento de pandemia, e posteriormente devem ser deixadas como legado para a saúde da Bahia", frisou.

Já os 44 veículos administrativos entregues a 32 prefeituras custaram R\$ 2,6 milhões. Com os 37 ônibus rurais escolares (investimento de R\$ 7 milhões), 36 prefeituras foram contempladas.

Por outro lado, os tratores agrícolas foram divididos de duas formas. Os modelos comuns, 10 unidades, tiveram custo de R\$ 787 mil e os com

implementos, 8 unidades, contaram com investimentos de R\$ 854 mil.

O município de Nova Soure (a 225 km da capital) foi contemplado com uma ambulância. "Nova Soure é uma cidade carente e pobre que vem evoluindo muito na área da saúde e esse equipamento chega em uma hora importante, num momento de crise", destacou o prefeito de Luis Cássio.

Os ônibus escolares chegaram em localidades maiores como Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista e em cidades menores, como Almadina.

"Estes ônibus reforçam e qualificam a frota de transporte escolar na Bahia. Por

tanto, uma alegria muito grande que estamos hoje fortalecendo", secretário da educação do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues.

Reforço

Um dos locais que contaram com o reforço na frota escolar foi Euclides da Cunha (a 311 km da capital). "Um transporte como esse, de qualidade, só vem para alavancar a educação da nossa cidade. São cerca de 12 mil estudantes atendidos diariamente", disse o prefeito Luciano Pinheiro. O município recebeu ainda, um veículo administrativo.

***SOB SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA**

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Dados do primeiro semestre foram divulgados ontem pelo governo

BRASIL PERDE 1,2 MILHÃO DE EMPREGOS FORMAIS

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

O Brasil perdeu mais de um milhão de postos de trabalho com carteira assinada no primeiro semestre do ano, em função da pandemia do novo coronavírus. Em junho, as demissões de empregos formais chegaram a 906.444 e as admissões a 895.460. Com isso, o saldo negativo ficou em 10.984 vagas, número inferior ao registrado em maio (-350.303), informou ontem a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que divulgou os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desem-

pregados (Novo Caged). A secretaria destaca que, em junho, "o mercado formal de trabalho apresentou melhora em relação a maio. Junho teve 16% menos desligamentos (166.799) e 24% mais admissões (172.520) do que maio". Esse é o pior resultado desde 2010. No primeiro semestre, o saldo do emprego formal ficou negativo em 1.198.363,

resultado de 6.718.276 admissões e 7.916.639 desligamentos.

A quantidade total de vínculos ativos com carteira assinada ficou em 37.611.260. O salário médio de admissão em junho foi de R\$ 1.696,92.

O secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, afirmou que os dados mostram "uma reação clara do mercado de trabalho", com retomada da economia.

Setores de destaque

"Posso trazer indícios claros que já iniciamos a retomada. A retomada do mercado de trabalho é muito forte,

expressiva. Temos meios para surpreender o mundo, como o nosso ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito", afirmou.

A agropecuária foi o setor de melhor desempenho, com a abertura de 36.836 novas vagas, seguido pela construção civil, que registrou saldo positivo de 17.270 postos de trabalho. Comércio e serviços registram sal-



Números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados são relativos às vagas de trabalho com 'carteira'

A agropecuária foi o setor de melhor desempenho, com a abertura de 36,8 mil vagas, seguido da construção

dos negativos com o fechamento de 16.646 e 44.891 vagas, respectivamente.

Entre as regiões, Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram resultados positivos, com saldos de 10.010, 6.547 e 1.699, respectivamente. O pior resultado foi o da Região Sudeste que fechou o mês com menos 28.521 vagas. No Nordeste, o saldo ficou negativo em 1.341.

Entre as unidades da Fe-

deração, o melhor resultado foi registrado em Mato Grosso com a abertura de 6.709 postos de trabalho. Em contrapartida, o pior resultado foi no Rio de Janeiro que em junho registrou o fechamento de 16.801 vagas.

Reforma trabalhista A modalidade trabalho intermitente teve saldo positivo de 5.223 empregos, resultado de 11.848 admissões e 6.625 desligamentos. De

acordo com a secretaria Es-

pecial de Previdência e Trabalho, 79 trabalhadores tiveram mais de um contrato intermitente.

Com 5.889 admissões em regime de tempo parcial e 11.461 desligamentos, o trabalho em regime de tempo parcial teve resultado negativo (-5.572). Foram registrados 19 trabalhadores com mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Contas externas têm superávit

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

As contas externas registraram saldo positivo em junho, informou ontem o Banco Central (BC). O superávit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, chegou a US\$ 2,2 bilhões.

Esse foi o terceiro mês seguido de superávit e, de acordo com dados revisados, é o maior saldo positivo para junho da série histórica do BC, iniciada em 1995.

Em junho de 2019, foi re-

gistrado déficit em transações correntes de US\$ 2,659 bilhões. "Essa mudança decorreu, principalmente, da redução de US\$ 2,2 bilhões no déficit em serviços e do aumento de US\$ 2,2 bilhões no superávit comercial", disse o BC, em relatório.

Balança comercial

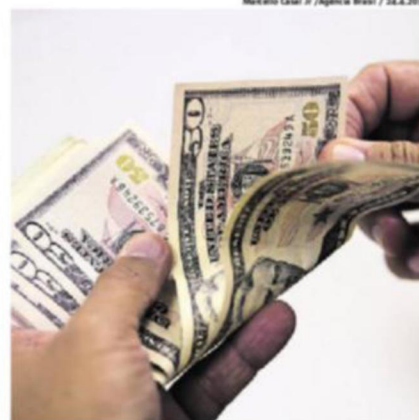
No primeiro semestre, as transações correntes tiveram déficit de US\$ 9,734 bilhões, recuo de 53,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o saldo negativo chegou a US\$ 20,998 bilhões. Em 12 meses encer-

rados em junho, o déficit chegou a US\$ 38,2 bilhões (2,35% do Produto Interno Bruto, PIB), ante US\$ 43,1 bilhões (2,58% do PIB) até o mês anterior.

Esse foi o terceiro mês seguido de sobra de caixa, e o maior saldo para junho

Em junho, as exportações de bens totalizaram US\$ 17,9 bilhões e as importações, US\$ 11 bilhões, resultando no superávit comercial de US\$ 6,8 bilhões, contra US\$ 4,7 bilhões no mesmo mês do ano passado. De janeiro a junho, o superávit comercial chegou a US\$ 19 bilhões, ante US\$ 22 bilhões do mesmo período de 2019.

O déficit na conta de serviços (que inclui viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos, entre outros) atingiu US\$ 1,3 bilhão em junho, ante US\$ 3,5 bilhões em igual período do ano passado.



Saldo das transações de comércio exterior é de US\$ 2,2 bilhões

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

PREFEITOS BAIANOS RECEBEM 48 NOVAS AMBULÂNCIAS PARA ENFRENTAR A COVID-19

INVESTIMENTO Prefeitos de 120 municípios do interior estiveram ontem no Parque de Exposições, em Salvador, para receber 48 ambulâncias, 37 ônibus escolares, 44 carros administrativos e 18 tratores. Os equipamentos foram entregues pelo governo do estado, e o investimento foi de R\$ 13 milhões. O governador Rui Costa destacou que os ônibus escolares fazem parte da preparação para a retomada das aulas, sem data definida. A SEC negou que as atividades serão retomadas em 31 de agosto.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

Rejeitada em Santo Amaro, fábrica vai para Camaçari

INDÚSTRIA QUÍMICA O prefeito Elinaldo Araújo (Democratas) fez o convite e a Orbi Química aceitou se instalar em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A fábrica seria instalada em Santo Amaro, o que gerou polêmica na cidade. A doação do terreno não avançou na Câmara de Vereadores. Elinaldo sinalizou que a cidade está próxima a Salvador e tem a infraestrutura para receber a indústria. O município tem amplo polo automotivo, onde estão instaladas Ford, Bridgestone, Continental, entre outros fabricantes de autopeças, como citou o prefeito.

Empresa 100% nacional e com sede em São Paulo, a Orbi Química iniciou suas atividades em 2006 e promete soluções para a linha de manutenção e conservação automotiva e construção civil. A prefeitura de Camaçari acredita que a instalação da fábrica trará cerca de 150 empregos diretos e injetará ao menos R\$ 11 milhões na economia local.

Endividamento bate recorde, sobretudo entre os mais pobres

CRISE O percentual de famílias com dívidas no país bateu recorde histórico em julho, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O cenário é pior para as famílias com renda de até dez salários mínimos. Entre os entrevistados, aumentou o número dos que afirmaram que estão com as contas atrasadas e dos que não terão como pagar a dívida.

Em julho, o total de endividados foi de 67,4%, frente a 64,1% em igual período do ano passado e a 67,1%, em junho. Já o percentual dos que estão sem pagar contas é de 26,3% e o

O cartão de crédito segue no topo do ranking dos principais tipos de dívida, com 76,2% do total. Em seguida aparecem carnês, com 17,6%

dos que não vão ter como quitar suas dívidas, de 12%.

O cartão de crédito segue no topo do ranking dos principais tipos de dívida, com 76,2% do total. Em seguida aparecem carnês, com 17,6%, e o financiamento de veículos, com 11,3%. Porém, nos últimos meses, na pandemia, ganharam relevância as dívidas com crédito consignado, crédito pessoal, carnês e as modalidades de financiamento.

O número de famílias com dívidas apresentou tendências diferentes entre as faixas de renda pesquisadas, tanto na comparação mensal quanto na anual. Para as famílias com renda de até dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas alcançou o recorde de 69% em julho. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção

do endividamento diminuiu para 59,1% em julho.

O percentual das famílias que se declararam muito endividadas diminuiu de 16,1% em junho para 15,5% em julho. Essa foi a primeira queda apresentada pelo indicador desde janeiro deste ano. Na comparação anual, porém, houve alta de 2,2 pontos percentuais. Já o número de famílias que disseram estar pouco endividadas aumentou para 27% em julho, ante 26,5% em junho, e se manteve estável em comparação aos 27% de julho de 2019.

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas alcançou 30,3%, ante 30,4%, em junho, e 29,9% em julho do ano passado. É a primeira queda apresentada pelo indicador também desde janeiro.

País tem 86% dos shoppings reabertos após quarentena

RETOMADA O setor de shopping centers registrou 496 estabelecimentos reabertos (86% do total) ontem, em 187 municípios. As últimas aberturas ocorreram nas cidades de Natal (RN), Cuiabá (MT), Blumenau (SC) e Valinhos (SP). Em Salvador, a reabertura aconteceu na última sexta. O balanço é da

Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce).

A reabertura do comércio passou a ocorrer pouco a pouco no país desde abril, por conta da suspensão de parte dos decretos publicados por prefeituras e governos estaduais proibindo o funcionamento das unidades a fim de reduzir a circulação

de pessoas e a transmissão do coronavírus.

O levantamento da Abrasce apontou que as vendas no setor estão, em média, 58,2% abaixo do nível pré-covid. O resultado foi atualizado até o fim da primeira semana de julho. Até aquela data, o país tinha 425 shoppings reabertos, 74% do total.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

BB e a relação com o governo

O presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil, Hélio Magalhães, garante que desde que ele assumiu "não houve nenhum evento de influência do controlador do banco". Muitas polêmicas têm cercado a administração do BB, principalmente na área de marketing, várias vezes criticada, inclusive aqui na coluna de ontem. A explicação que ele dá para a publicidade em sites de fake news, ou bolsonaristas, é que a escolha é feita aleatoriamente pela "ferramenta" do Google. Hoje, está sob o controle de qualquer empresa escolher não anunciar em determinados sites.

A polêmica em torno da publicidade do Banco do Brasil surgiu por bons motivos. Teve o alerta de que os anúncios estavam em sites que divulgavam fake news e discurso de ódio. O primeiro movimento do banco foi de recuo, mas, depois de ser criticado por Carlos Bolsonaro, o BB manteve os anúncios:

— Infelizmente as notícias foram distorcidas. Não houve ingerência alguma, posso garantir como presidente do conselho. O que aconteceu foi que a notícia chegou, o analista da área de marketing tentou tirar do ar,

mas aí se viu que nem tem como tirar do ar.

Na verdade, o TCU mandou, em 27 de maio, que o BB suspendesse a publicidade em determinados sites, blogs, portais e redes sociais. O plenário do tribunal referendou uma medida cautelar proposta pelo ministro Bruno Dantas a pedido do procurador de contas Lucas Furtado, que apontava suspeita de interferência do secretário de comunicação do Planalto, Fábio Wajngarten. O secretário chegou a postar — depois da reclamação do filho do presidente — que iria atuar para que o banco voltasse atrás. E o banco de fato recuou.

Magalhães tem uma longa carreira no mercado bancário, tendo se aposentado no Citibank. Ele disse que, quando foi chamado pelo ministro Paulo

Guedes para presidir o conselho de administração, recebeu três tarefas:

— A melhor governança possível, preparar o banco para "desinvestimentos", e maior eficiência para aumentar o valor dos ativos do banco.

Ele acha que o que aconteceu, a entrada do TCU, as notícias, as idas e vindas do banco não tiveram a conotação que todo mundo entendeu:

— Hoje, com o mundo digital, o banco tem que estar presente nas redes. Como funciona? Escolhe o público alvo e a sua agência, faz um contrato com o Google. A ferramenta do Google é que analisa as páginas e os sites — disse Hélio Magalhães.

Toda a atuação de páginas como Sleeping Giants, por exemplo, tem sido a de indicar às empresas onde os anúncios de-

las estão. E inúmeras empresas brasileiras já atuaram para decidir onde não anunciar, exatamente para proteger sua imagem. Portanto, essa escolha não é aleatória e fora de controle da empresa. Ninguém quer hoje estar vinculado a páginas que têm discursos de ódio. Essa virou uma campanha mundial. O Stop Hate for Profit.

Ontem surgiu outro problema. O subprocurador-geral de contas, Lucas Furtado, fez uma representação para o TCU apurar a venda de uma carteira de crédito do Banco do Brasil para o BTG. O valor nominal era de R\$ 2,9 bilhões, e o BB a vendeu por R\$ 371 milhões, ou seja, 13% do valor. Furtado apontou falta de transparência sobre os critérios.

Magalhães explicou que, como toda instituição financeira, o

Banco do Brasil tem que lançar a prejuízo dívidas não pagas depois de um certo tempo. Essa carteira era, segundo ele, de dívidas de mais de cinco anos:

— Essa cobrança é mais dura. Há empresas especializadas nisso. E foi mandado para três delas. A proposta é que ela pague na frente um valor e depois divida com o banco o sucesso da cobrança. Quando se consegue vender por 5% já é bom. Foi um excelente negócio para o banco, talvez tenha faltado explicar direito.

As empresas que participaram da disputa foram a Enforce, do BTG, que venceu, a Jive, a Canvas e a Ativos. Essa última uma subsidiária integral do BB. No mercado, os analistas não acharam o valor pequeno, levando-se em conta que já era dívida antiga, mas faltou de fato transparência.

Magalhães repetiu várias vezes que o modelo de governança não permite interferência do acionista controlador. O ideal seria então que houvesse menos sinais explícitos de ingerência por parte do presidente da República, seu filho e seu secretário de imprensa na publicidade do Banco do Brasil.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

Saída de recursos de aplicações é a maior desde 95

FINANÇAS Os investidores retiraram US\$ 31,252 bilhões de aplicações financeiras no Brasil nos seis primeiros meses deste ano, informou ontem o Banco Central. O valor inclui ações, fundos de investimentos e títulos da renda fixa.

Segundo ao BC, é a maior saída de recursos de aplicações financeiras da econo-

mia brasileira desde o início da sua série histórica, em 1995, ou seja, em 26 anos.

Essa retirada também representa reversão em relação ao registrado no mesmo período do ano passado - quando US\$ 9,087 bilhões ingressaram na economia brasileira. As retiradas aconteceram em meio à pandemia do novo coronavírus -

que tem gerado saída de recursos de países emergentes para títulos de países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

"Essa saída se concentra fundamentalmente em março, com US\$ 22,2 bilhões [de retirada], 2/3 do total [do semestre] em um mês único", disse o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha. Somente no mês de junho, porém, o BC registrou ingresso de US\$ 2,38 bilhões em aplicações financeiras no Brasil. "Mas não dá pra afirmar ainda que (o retorno) é permanente".

Auxílio emergencial reduz extrema pobreza no país

A MENOR EM 40 ANOS A faixa da população que vive em extrema pobreza foi a menor dos últimos 40 anos no Brasil, na passagem de maio para junho deste ano. É o que revela levantamento feito pelo pesquisador Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid 19 (Pnad Covid-19) de junho, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos parâmetros do Banco Mundial na definição de linha de pobreza. Duque destacou que os níveis são os menores já registrados por todas pesquisas domiciliares brasileiras, mas disse que a comparação não é perfeita porque a abrangência do modelo dos levantamentos mudou ao longo dos anos.

De acordo com a Pnad Covid 19, a faixa dos que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, ou R\$ 154 mensais, considerada de extrema pobreza caiu de 4,2% (8,8 milhões de pessoas) para 3,3% (6,9 milhões de pessoas) de maio para junho deste ano. Já a referente à parcela dos que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia, ou R\$ 446 mensais, ou na faixa de pobreza, caiu de 23,8% para 21,7%.

Para o pesquisador, as reduções coincidem com o aumento da cobertura do auxílio emergencial. De maio para junho, o total de contemplados com o benefício passou de 45% para cerca de 50% da população, principalmente, os mais pobres.



Auxílio Emergencial provocou filas, mas ajudou a melhorar a renda dos mais pobres

Tiago Caldas/Arquivo Correio

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

DATAPREV LIBERA MAIS 805,3 MIL PEDIDOS DO AUXÍLIO

AJUDA A Dataprev, empresa que faz o cruzamento de dados dos trabalhadores que fazem o pedido do Auxílio Emergencial, encaminhou à Caixa Econômica Federal novo lote para pagamento. São 805.318 pedidos analisados e aprovados após contestação do resultado. Esses requerimentos foram feitos por meio do aplicativo e site do Auxílio entre 23 de abril e 19 de julho.

Os solicitantes podem conferir os resultados dos seus requerimentos no portal de consultas da Dataprev. A empresa não informou previsão de pagamento para esses novos aprovados.

GASTO DE BRASILEIRO NO EXTERIOR É O MENOR EM 13 ANOS

QUEDA Os gastos de brasileiros no exterior somaram US\$ 3,573 bilhões no primeiro semestre deste ano, segundo o Banco Central. Na comparação com o mesmo período de 2019, quando as despesas no exterior totalizaram US\$ 8,807 bilhões, a queda foi de 59,4%. Esse também foi o menor valor para o período desde 2007. Na prática, com o dólar em níveis altos e as limitações para que brasileiros possam viajar a outros países, os gastos líquidos no exterior despencaram 93,74% em junho deste ano. Vale lembrar que, por conta da pandemia, muitos países restringiram a entrada de brasileiros.

Vagas fechadas passam de um milhão no 1º semestre

TRABALHO Ainda sofrendo as consequências da pandemia de covid-19, o mercado de trabalho brasileiro fechou 10.948 vagas em junho. Essa foi a menor destruição mensal de empregos desde que o novo coronavírus chegou ao país e fez o mercado rever suas estimativas para a recuperação neste e nos próximos meses. Mesmo assim, o baque da crise levou ao fechamento de 1,198 milhão de postos com carteira assinada na primeira metade do ano, o pior resultado da série histórica para o semestre.

O desempenho do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no mês passado surpreendeu. Economistas esperavam um novo corte de mais de 195 mil vagas em ju-

●● Nunca se comemora a perda de um emprego, mas comemoramos a melhora da economia e do mercado de trabalho

Bruno Bianco

Secretário especial de Previdência e Trabalho

nho. Ainda assim, foi o quarto mês consecutivo de perda de empregos para a pandemia. Já são 1,539 milhão de vagas eliminadas na crise. Após a retração de 259.917 postos em março, o mercado chegou ao fundo do poço com 918.296 demissões líquidas em abril e havia voltado a cortar 259.917 vagas em maio.

O fechamento de vagas em junho foi atenuado pelo bom desempenho da agropecuária e do setor imobiliário. Mesmo com a pandemia de covid-19, houve um saldo positivo de 36.834 contratações no campo. Na construção civil, foram recuperadas 17.270 vagas no mês passado.

Mais uma vez, o setor de serviços liderou o fechamento de postos de trabalho formais no mês, com a eliminação de 44.891 vagas. O segundo maior saldo negativo ocorreu no comércio, com o fechamento de 16.646

carteiras. Já a indústria geral perdeu 3.545 vagas.

Também em junho, 18 estados tiveram resultado positivo e apenas 9 saldo negativo. Entre as regiões, Norte, Centro-Oeste e Sul tiveram abertura de vagas, enquanto Sudeste e Nordeste continuaram a perder empregos. O melhor resultado de Mato Grosso com a abertura de 6.709 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi do Rio de Janeiro que em junho registrou o fechamento de 16.801 vagas.

Para impedir um repique de novas demissões quando as medidas tomadas na pandemia de covid-19 perderem a validade, o governo prepara um novo pacote de ações para o emprego que pode retomar ideias já usadas neste governo. A reedição do contrato de Trabalho Verde Amarelo - ampliado para quem mais sofreu na crise - pode ser anunciada em breve.

IBGE adia divulgação da Pnad Contínua do 2º trimestre

PESQUISA As dificuldades para entrevistar por telefone devido ao distanciamento social, levaram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a anunciar o primeiro adiamento da divulgação de uma pesquisa por causa da pandemia.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Con-

tínua (Pnad Contínua) mensal de junho, referente ao segundo trimestre, que traz os dados mais completos sobre mercado de trabalho e seria divulgada hoje, foi adiada para o 6 de agosto.

Como os dados da Pnad Contínua são trimestrais - a divulgação é mensal e referente a um "trimestre móvel"

- , a edição da pesquisa referente ao segundo trimestre seria o primeiro retrato de como a covid-19 atingiu o mercado de trabalho.

O IBGE anunciou, em 17 de março, a suspensão de entrevistas presenciais para coletar informações para as pesquisas. O Censo 2020 foi adiado para 2021.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

INSS: DECRETO ALTERA REGRAS PARA CONCESSÃO

BENEFÍCIOS Decreto publicado no começo de julho consolidou alterações nas regras que disciplinam a concessão de benefícios aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), após a entrada em vigor da Reforma da Previdência. Entre as principais mudanças trazidas pelo Decreto 10.410 está a inclusão na categoria de contribuinte individual os motoristas de aplicativos, artesãos e empregados sujeitos ao contrato de trabalho intermitente, entre outros.

Além disso, foram estendidos os direitos previdenciários ao trabalhador doméstico. Agora, ele passa a ter direito a benefícios acidentários, como auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria por incapacidade permanente.

Entre as mudanças, o decreto impõe uma maior dificuldade para que trabalhadores consigam alcançar o direito à aposentadoria especial por conta do contato com agentes cancerígenos, como combustíveis, agrotóxicos, minérios e radiação presente em laboratórios de raio-X.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/07/2020	Página:

Correio*

BOLSONARO DESTINA R\$ 1,5 BILHÃO PARA MINISTÉRIO

PANDEMIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem, com vetos, um projeto de lei que destina R\$ 1,5 bilhão adicionais ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, em ações para a população mais vulnerável. A verba estava parada no orçamento de 2020 do Ministério da Cidadania por falta de projetos aprovados e em andamento. O texto prevê que o dinheiro seja voltado à compra e distribuição de cestas básicas, ao acolhimento de moradores de rua e até ao auxílio funerário.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 29/07/2020	Página: 02

Tribuna

Finanças PT-BA

Às vésperas da decisão do Diretório Nacional que definirá, na próxima sexta-feira, quanto será distribuído para cada Estado do Fundo Eleitoral 2020, as notícias na área de Finanças para o PT da Bahia seguem de mal a pior. Herdeira de uma dívida direta de aproximadamente R\$ 600 mil referentes a atrasos em contratos e passivos fiscais e tributários, a nova gestão petista na Bahia tem sido notificada sobre ações judiciais relacionados a débitos da campanha de 2014. A soma, segundo fontes ligadas aos credores, pode alcançar a casa do R\$ 10 milhões e tem tirado o sono do atual tesoureiro estadual, Tássio Brito, que anda inclusive sumido das reuniões públicas da legenda.

Contas municipais

O presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, relatou preocupação com a avaliação do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) no próximo ano, e pediu que os conselheiros tenham entendimento da dificuldade vivida em 2020. “A economia paralisou, os municípios sobrevivem de arrecadação. 80% dos municípios sobrevivem de FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Tivemos perdas gradativas, isso causa uma crise que já era muito grande nos municípios. Agora, com o coronavírus, as receitas caíram de formas drásticas. Não se fala de ICMS com comércio fechado e tudo parado”, declarou Eures.

Tribuna

Rui foi o governador que mais cresceu em avaliação positiva durante a Covid

(HENRIQUE BRINCO)

Com exceção da Bahia, os governadores de todo Brasil viram sua avaliação despencar em maio e não se recuperar mais. É o que mostra a 4ª edição da Pesquisa Fórum, realizada entre os dias 14 e 17 de julho, em parceria com a Offerwise, sob a coordenação de Wilson Molinari. Em abril, o primeiro levantamento mostrava que 51,6% dos brasileiros diziam que a atuação do governador de seu estado era ótima ou boa, 26,5% regular e 18,8% acreditavam ser ruim ou péssima. Em maio, a avaliação ótima e boa caiu para 34,6%, o regular foi para 29,7% e ruim e péssimo subiu para 32,6%. No mês seguinte, em junho, os índices se mantiveram

estáveis com 33,2% de ótimo e bom, 30,2% de regular e 34,1% de ruim e péssimo. Neste mês de julho o cenário se repete, indicando que os governadores não recuperaram sua avaliação.

Entre os que Fórum avaliou a exceção é Rui Costa, da Bahia. Na contramão dos demais governadores do país, a avaliação positiva do petista na gestão do coronavírus subiu em julho. Em abril, Rui Costa tinha 64,4% de ótimo e bom, em maio caiu para 48,9%, em junho, 37,4%. Agora, em julho, subiu para 50,1%. O regular em abril era de 25,7%, passando para 24,4% em maio, 33,1% em junho e 25,8% em julho. Somando ótimo e bom com regular, a aprovação do governador baiano vai para 75,9%, ficando o ruim e péssimo, no estágio atual da pandemia, em 20,8%.

O secretário de Comu-

nicação do Estado, André Curvelo, ressaltou que o trabalho liderado pelo chefe do Palácio de Ondina contribuiu para o resultado. "Nós costumamos respeitar todas as pesquisas, sejam elas com resultados positivos ou negativos. A gente faz sistematicamente um acompanhamento da avaliação de governo. O que é importante é saber que existe um trabalho liderado pelo governador que tem dado certo em todo o Estado. Desde o início da pandemia, o governador foi rápido em liderar medidas, se colocando à disposição de todos os prefeitos. Ele tem procurado conversar com o todos os 417 prefeitos e prefeitas, independente de questões político-partidárias", declarou à Tribuna. "É um trabalho difícil. A gente não desiste no dia-a-dia. Não sei nem como o governador encontra for-



ças, de domingo a domingo, para liderar esse trabalho contra o coronavírus. Acredito que essa pesquisa acaba sendo um reconhecimento ao trabalho que o governador vem fazendo, evitando polêmicas político-partidárias".

Curvelo acredita ainda

que, independentemente do combate ao coronavírus, a responsabilidade social da gestão também contribuiu para a boa avaliação. "Todos os programas sociais do governo não pararam, o pagamento do vale-alimentação estudantil, o edital para agricultura familiar... Todos

PESQUISA mostra que 50,1% aprovam governador da Bahia

esses programas continuaram. Vamos ter um investimento na área de Saúde que deve ser, proporcionalmente, o maior investimento do Brasil", finalizou, ressaltando ainda que obras também continuam sendo entregues no Estado.

OUTROS NÚMEROS

Entre as regiões, os nordestinos avaliam seus governadores melhor do que a média geral. São 35,8% de ótimo e bom, 34,9% de regular e 26,1% de ruim e péssimo. Vale destacar que dos nove estados da região, sete deles são governados por partidos de esquerda.

No Centro-Oeste, os governadores também estão melhores avaliados. São 37,6% de ótimo e bom, 34,8% de regular e 24,3% de ruim e péssimo. Já na região Norte, são 29,8% de ótimo e bom, 33,4% de regular e 35,2% de ruim e péssimo. No Sul, são 33,1% de ótimo e bom, 35,2% de regular e 28% de ruim e péssimo. Enquanto no Sudeste, os governadores têm a pior avaliação, com 22,2% de ótimo e bom, 33,7% de regular e 40,4% de ruim e péssimo.

PONTO DE VISTA

Adary Oliveira

O papel do Banco do Brasil

Dos três bancos brasileiros estatais de grande porte o Banco do Brasil (BB) é o que tem, aparentemente, desempenhado melhor seu papel, de financiador da agricultura e da pecuária. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atuando em apoio à indústria e às organizações sociais tem se saído bem, em que pese as dificuldades do País de competir na exportação de manufaturados. A Caixa Econômica Federal (CEF) apesar de ser o mais popular dos três, não tem conseguido eliminar o déficit habitacional. Teria de encontrar formas de financiamento que atingissem as famílias de baixa renda e os investimentos em saneamento básico.

O BB tem agências ins-

taladas por todo o interior e as internacionais são consideradas de primeira linha no apoio ao comércio internacional. Entretanto, deveria usar melhor a sua estrutura para agir como governo e não como um banco privado que busca sustentação nos resultados financeiros. No financiamento da safra, por exemplo, deveria atender ao pequeno produtor disponibilizando os recursos na época certa da compra dos insumos para cada cultura, com taxa de juros negativa. Não deveria pensar em obter lucro com a operação, pois o governo vai receber a aplicação de volta com aumento de plantio, empregos gerados e tributos arrecadados. Além do mais, é comum o agricultor chegar ao BB para solicitar um empréstimo e sair de mãos abanando. Procura crédito para uma cultura e só lhe é

oferecido para outra, como se ele não soubesse escolher o negócio mais atrativo.

O BB tem pessoal bem avaliado, remuneração de mercado, emprego estável e sistema previdenciário sem defeito. Eles podem render muito mais se os procedimentos forem simplificados, reduzindo-se a burocracia e adotando-se práticas *on line* mais avançadas do mundo. Basta comparar os serviços oferecidos aos seus correntistas com os dos bancos privados para se observar os atrasos. O próprio Ministério da Economia tem se manifestado sobre o assunto e recentemente, ouvimos do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que consegue orientar o BNDES e a CEF, mas não o BB, o que leva muitos a defender a sua privatização.

No apoio ao Comércio Exterior não deveria deixar faltar recursos para as linhas de crédito tipo Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE) como forma de robustecer as exportações e equalizar as

condições de financiamento com as praticadas no mundo dos negócios, ampliando a competitividade dos exportadores brasileiros. Da mesma forma o BB deve encontrar o procedimento adequado para flexibilizar as garantias, principal barreira na realização das operações.

O sistema financeiro do Brasil já é um dos mais completos e modernos do mundo, mantendo rede de gigantesca abrangência. Os bancos têm circunscrição nacional e a Receita Federal, pertencente ao mesmo ministério, tem informações sobre os portadores de CPF e CNPJ que podem em muito auxiliar no cadastramento dos seus clientes, usando-as para aperfeiçoar os mecanismos de garantia. No momento seu principal executivo está sendo substituído sendo chegada a hora dele ser transformado em importante instrumento de transformação do governo, não apenas de mais um banco.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.) – adary347@gmail.com

AÇÃO

Governo fará novas medidas de geração de empregos

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

O governo federal avaliou como positivo o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no primeiro semestre deste ano. Porém, sabe que o Brasil vai sair da pandemia de covid-19 com milhões de novos desempregados. Por isso, promete anunciar nos próximos dias um programa que estimule a geração de empregos no pós-coronavírus.

Dados divulgados ontem pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o Brasil perdeu mais de 1,19 milhão de postos de trabalho formais no primeiro semestre deste ano por conta da crise causada pelo novo coronavírus. O governo destaca, porém, que o fechamento de vagas desacelerou nos últimos meses.

Secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno

Bianco explicou que o Caged aponta uma perda de 900 mil postos de trabalho em abril, no auge da crise da covid-19. Porém, também mostra que esse saldo negativo caiu nos meses seguintes, chegando a -350 mil em maio e a -10 mil em junho. "É uma melhora significativa que demonstra uma melhora clara do mercado de trabalho. Temos um aumento significativo do número de admissões, na ordem de 24% comparando junho com maio", analisou Bianco.

Ao todo, foram 895,4 mil admissões e 906,4 mil demissões em junho. Os dados são melhores que as 722 mil admissões e as mais de 1 milhão de demissões observadas em junho. E surpreenderam o mercado, sobretudo porque, pouco antes da divulgação do Caged, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou o adiamento da divulgação da taxa oficial de desem-

prego, que estava marcada para esta quarta-feira (29/07), devido às dificuldades de fazer a coleta de dados necessária a essa pesquisa durante a pandemia.

Bruno Bianco garantiu, por sua vez, que não vê riscos de subnotificação no Caged. Técnicos da Economia confirmaram essa tese, dizendo que, apesar da pandemia, poucas empresas têm deixado para entregar as informações sobre admissões e desligamentos após o prazo do Caged.

O secretário creditou a melhora do mercado formal, portanto, à reação que a economia brasileira tem apresentado após abril. "Estamos vivendo uma retomada", garantiu. Ele ainda disse que a expectativa é que em breve o Caged já revele um saldo positivo do emprego formal, caso essa retomada continue e a reabertura das atividades econômicas suga avançando país agora. "O Brasil está che-

gando muito próximo de números positivos, levando em conta as demissões frente as contratações", afirmou Bianco, acrescentando que as "expectativas para julho são muito positivas".

Além disso, o governo acredita que a Medida Provisória (MP) 936 permitiu que milhões de empregos fossem preservados no país durante a pandemia. Segundo a Secretaria de Trabalho, cerca de 10 milhões de trabalhadores já registraram 15 milhões de acordos de redução salarial ou suspensão do contrato de trabalho no âmbito dessa medida provisória. "Antes da MP 936, os estudos indicavam que, se nada fosse feito, o resultado seria uma demissão de até 12 milhões de trabalhadores na pandemia. Ao invés de ter 12 milhões de trabalhadores demitidos, estamos com 10 milhões de trabalhadores com os empregos mantidos", acrescentou o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

PROBLEMA

Endividamento aumenta entre famílias mais pobres

VINÍCIUS LISBOA - REPÓRTER DA AGENCIA BRASIL RIO DE JANEIRO

O percentual de famílias com dívidas atingiu 67,4% em julho, o maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgou hoje (28) a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O crescimento se deve ao aumento do endividamento das famílias com até 10 salários mínimos de renda,

que chegou ao recorde de 69% em julho, acima dos 68,2% de junho e dos 65,4% de julho de 2019. Por outro lado, o grupo de famílias com renda superior a esse patamar teve uma redução do endividamento, chegando a 59,1% em julho, abaixo dos 60,7% em junho. Apesar disso, o percentual ficou acima dos 58,7% de julho de 2019.

"As necessidades de crédito têm aumentado para as famílias com menor renda, seja para pagamento de despesas correntes, seja

para manutenção de algum nível de consumo", analisa a CNC em texto de divulgação da pesquisa, que compara: "por outro lado, para as famílias de maior renda, tem aumentado a propensão a poupar".

A pesquisa é realizada mensalmente com 18 mil consumidores e considera como dívidas as despesas declaradas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, ain-

da que estejam em dia.

A Peic também questiona os entrevistados sobre dívidas ou contas em atraso, percentual que chegou a 26,3% no geral, o maior valor desde setembro de 2017.

Mais uma vez, o percentual cresceu para as famílias de menor renda e caiu para as mais ricas. Enquanto os lares com até 10 salários mínimos tiveram aumento de 28,6% em junho para 29,7% em julho, para os demais, o percentual caiu de 11,3% para 11,2%.

Dataprev libera mais 805,3 mil pedidos de auxílio emergencial

G1

A Dataprev, empresa que faz o cruzamento de dados dos trabalhadores que fazem o pedido do Auxílio Emergencial, encaminhou à Caixa Econômica Federal novo lote para pagamento. São 805.318 pedidos analisados e aprovados após contestação do resultado. Esses requerimentos foram feitos por meio do aplicativo e site do Auxílio entre 23 de abril e 19 de julho.

Os solicitantes podem conferir os resultados dos seus requerimentos no portal de consultas da Dataprev. A Dataprev não informou previsão de pagamento para esses novos aprovados.

O G1 entrou em contato com a Caixa Econômica Federal e Ministério da Cidadania para saber quando o pagamento do benefício será feito a mais esse lote de aprovados e aguarda resposta.

Atualmente, 903.719 pessoas estão com os cadastros classificados como "inconclusivos" nos sistemas e ainda podem complementar as informações pessoais por meio do aplicativo e site do Auxílio. Outros 123.007 cadastros estão em processamento pela Dataprev – 0,08% de todo cruzamento de dados realizado. Com mais esse lote de aprovados, o número de beneficiários elegíveis para receber o Auxílio Emergencial chegou a 66,9 milhões, incluindo os três grupos do programa: Informais, Bolsa Família e Cadastro Único.

Desde o início do programa, 150,5 milhões de requerimentos foram processados e a Dataprev finalizou o processamento de 99,92% de todos os pedidos.

A atuação da Dataprev no reconhecimento do direito do cidadão está restrita apenas à primeira parcela

do benefício. A reavaliação dos cadastros e autorização para pagamento das demais parcelas são hoje realizadas pelo Ministério da Cidadania.

O cruzamento de dados pela Dataprev é feito com as informações disponíveis de várias bases oficiais. Casos de fraude e resultados diferentes do esperado não estão ligados ao trabalho de processamento da empresa. As conclusões dos pedidos dependem:

da veracidade das informações autodeclaradas pelo cidadão;

da abrangência, precisão e atualidade das informações que estão nas bases oficiais.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (27) a quarta parcela do Auxílio Emergencial para 1,9 milhão beneficiários do Bolsa Família qualificados no programa, cujo número do NIS termina em 7. Os pagamentos para esse grupo são feitos da mesma forma que o Bolsa.

Para os demais beneficiários do Auxílio Emergencial, a quarta parcela começou a ser paga na última quarta-feira (22). A data é para aqueles que estão no Cadastro Único, e para os inscritos por meio do aplicativo e do site que receberam a primeira parcela até 30 de abril.

Os demais aprovados também receberam a partir de 22 de julho: aprovados no segundo lote receberam a terceira parcela; aprovados no terceiro e quarto lotes receberam a segunda; e novos aprovados receberam o primeiro pagamento.

O calendário de pagamentos deste ciclo segue o mês do aniversário do beneficiário, e o calendário segue até 26 de agosto. Veja o calendário completo.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 29 de Julho de 2020 - 08:40

Problema de redação impede acionamento de gatilhos do teto de gastos

por Fernanda Perrin | Folhapress



A emenda constitucional que criou o teto de gastos, mecanismo que limita à inflação, previu uma série de gatilhos que seriam disparados caso o limite seja ultrapassado. No entanto, o texto também veta que o governo envie ao Congresso um Orçamento prevendo o estouro do teto, o que na prática inviabiliza o disparo dos gatilhos.

Hoje, a única possibilidade de eles serem disparados é se o governo estourar o Orçamento do ano corrente em razão de restos a pagar de exercícios anteriores. Para isso, no entanto, seria necessário a concordância do Tesouro, algo pouco provável na avaliação de economistas.

Outro problema é o risco de responsabilização pelo Tribunal de Contas da União (TCU), aponta Marcos Mendes, um dos criadores da regra do teto de gastos.

Os gatilhos, elencados no artigo 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, impedem a criação de despesa obrigatória e adoção de qualquer medida que leve ao seu crescimento acima da inflação, a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, a renegociação de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e a concessão ou ampliação de incentivos fiscais.

Reajustes do salário mínimo acima da inflação também são vedados.

As demais proibições congelam gastos com o funcionalismo. São vetados reajustes salariais e criação ou majoração de benefícios para servidores públicos e militares, criação de cargos e mudanças na estrutura de carreiras que impliquem aumento da despesa, contratação de pessoal e a realização de concurso público.

Na redação original da Emenda Constitucional 95, o Presidente da República poderia mandar

um Orçamento acima do teto para o Congresso e isso ativaria os gatilhos. O Congresso, no entanto, alterou o texto obrigando o Executivo a enviar um projeto de lei orçamentária anual (PLOA) dentro do teto. "Ninguém percebeu que isso impedia a ativação dos gatilhos", diz Mendes.

"Há uma contradição que vem de um erro de redação do teto de gastos, cometido na origem, que faz com que ele tenha comandos contraditórios. Ao mesmo tempo em que ele diz que o PLOA não pode romper o teto, ele manda acionar gatilhos se ele for rompido", afirma Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado.

Dada essa redação, o envio pelo governo de um projeto de lei com estouro do teto pode ser considerado um crime de responsabilidade.

Ciente desse problema, a equipe econômica apresentou em novembro passado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o disparo dos gatilhos caso a despesa corrente supere 95% da receita corrente. Com a pandemia, contudo, a chamada PEC Emergencial ficou parada no Congresso.

Uma saída para o problema sem envolver nova legislação seria a realização de um acordo entre governo, TCU e Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo o estouro do teto a partir de uma interpretação que o respeito ao limite é impossível, tal como já foi negociado com relação à regra de ouro (que impede endividamento para pagar despesas correntes).

No entanto, não há sinais de que uma solução do tipo esteja sendo costurada. "Estamos a um mês do prazo para envio do PLOA e até agora não há nenhuma discussão a respeito do acionamento dos gatilhos, então o governo está entendendo que consegue cumprir o teto no ano que vem", diz Salto.

O IFI, no entanto, trabalha com uma projeção de alto risco da ruptura do teto em 2021, dado que a redução de despesas discricionárias já está perto do limite mínimo para viabilizar o funcionamento da máquina pública. Isso significa que uma redução ainda maior desses gastos pode acabar paralisando o Estado.

Mendes entende que a ideia de um acordo, como feito para a regra de ouro, é arriscada e defende em vez disso que o problema seja solucionado via legislação. "No contexto atual, em que o próprio Poder Executivo quer encontrar brechas para driblar o teto, você pode gerar uma mudança constitucional que acaba anulando esse limite, fazendo com que ele perca o sentido."

Para Salto, uma solução que permita o acionamento dos gatilhos pode dar fôlego para que governo e Congresso elaborem uma proposta alternativa para o teto de gastos. "Você ficaria com um cenário de gatilhos acionados, sem explosão da despesa, e nesse meio tempo montar uma revisão das regras vigentes", diz.

Mesmo sem o disparo dos gatilhos, parte dos vetos impostos por ele já estão sendo implementados na prática pelo governo, como a suspensão de reajustes para o funcionalismo e a realização de concursos públicos, diz Mendes. A exceção são os militares.

A função dos gatilhos, nesse caso, seria fortalecer a posição do governo, que ganharia status de determinação constitucional, em face de pressões de setores pela expansão de gastos.

Crítico do teto, o economista e professor da FGV Nelson Marconi diz que o acionamento dos gatilhos pode impactar despesas de custeio com equipamentos públicos, como hospitais, e expansão de gastos com programas como seguro-desemprego e financiamento da folha de pagamentos.

"Limitar os gastos com pessoal tudo bem, mas tem outras áreas como ciência e tecnologia, investimentos públicos que não poderão ser feitos. Numa situação como a crise atual, que é inclusive social, você disparar os gatilhos seria muito prejudicial para o país", afirma.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 29/07/2020	



Entidades nacionais da área tributária propõem taxaço para grandes fortunas

O estudo “Tributar os super-ricos para reconstruir o país” foi desenvolvido pela Fenafisco, Associação Nacional dos Auditores Fiscais e Instituto de Justiça Fiscal

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (**Fenafisco**) apresentou nesta terça-feira (28), uma proposta de reforma tributária voltada para taxaço de grandes fortunas. O estudo denominado “Tributar os super-ricos para reconstruir o país” foi desenvolvido em conjunto pela Fenafisco, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e Instituto de Justiça Fiscal. A coordenação técnica coube ao professor de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, com propostas para modificar o sistema tributário nacional.

O documento apresenta oito projetos que isentam os mais pobres e as pequenas empresas; fortalecem estados e municípios na repartição do bolo tributário e taxam as altas rendas e o grande patrimônio, onerando apenas os 0,3% dos mais ricos. [Confira aqui a íntegra do documento.](#)

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/07/20	



PROJETO CRIA LINHA DE CRÉDITO DE ATÉ R\$ 100 MIL PARA PROFISSIONAIS LIBERAIS



O deputado federal João Roma (Republicanos) é relator do projeto de lei (PL 2.424/2020) que cria uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para profissionais liberais, que terão 36 meses para o pagamento e oito meses de carência, para mitigar as perdas financeiras causadas pela pandemia da covid-19. A proposta foi aprovada pelo Senado no final de maio e deve ser apreciada nesta semana na Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, de autoria senador Eduardo Girão (Podemos-CE), os juros serão a taxa Selic mais 5% ao ano. O texto inclui os profissionais liberais no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que conta com um Fundo Garantidor de R\$ 15,9 bilhões. A linha de crédito estará disponível por até seis meses depois da publicação da lei.

O texto foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado pelo senador Osmar Aziz (PSD-AM), relator da matéria, que incluiu no texto final, por exemplo, a criação de um conselho de participação em operações de crédito educativo, que terá sua composição e competências estabelecidas em ato do Executivo.

Segundo Roma, a proposta é de suma importância para dar suporte aos profissionais liberais, que não têm salários fixos. “Com os impactos da pandemia, eles sofreram fortes impactos e precisam de apoio para conseguirem se manter minimamente. Pequenos consultórios, nutricionistas, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, professores e teleprofissionais liberais estão entre os mais prejudicados”, afirmou o deputado.

O parlamentar destacou que já se debruçou sobre a proposta e ouvir todas as correntes partidárias para que sejam feitas eventuais sugestões para aperfeiçoar o PL. “Nossa ideia é

reunir contribuições e apresentar o relatório com agilidade para que esta linha de crédito seja disponibilizada para os profissionais liberais”, disse.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Reforma tributária: entre as partes e o todo

Será preciso grande coordenação para que seja harmônica por inteiro

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e Aristóteles de Queiroz Camara

Secretário-geral do Senado Federal e sócio do escritório Serur Advogados

Sócio do escritório Serur Advogados

O todo sem a parte não é o todo; a parte sem o todo não é parte. Ainda no século 17, Gregório de Matos fala sobre a relação entre partes e, juntas, constituem algo diferente do que suas existências isoladas. Esse poema clássico ajuda a compreender a reforma tributária em curso, em que a relação entre partes e o todo se vê em ao menos dois aspectos: o projeto recentemente apresentado pelo Poder Executivo para substituir o PIS e a Cofins por um tributo chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) é apenas parte de uma reforma maior, o que exige sua compreensão diante do todo.

O segundo aspecto são os conflitos distributivos que naturalmente surgem ao se modificar o sistema tributário. Aqui, o conflito entre partes e o todo refere-se a como a carga tributária será distribuída entre os diversos setores da economia. A relação entre o todo e a parte, portanto, está no centro da discussão sobre a reforma tributária, o que leva às seguintes questões: qual sistema tributário se busca implantar? Em que medida os interesses conflitantes das partes podem ser atendidos sem que ele perca sua funcionalidade?

A proposta apresentada pelo governo busca reformar a tributação do consumo, iniciando-a pela instituição de uma contribuição não cumulativa, à alíquota de 12% e de base ampla, ou seja, aplicada uniformemente sobre bens e serviços. Como apresentado, a CBS deverá ser posteriormente harmonizada com um imposto sobre valor adicionado (IVA) que substitua diversos tributos cobrados pelos estados, pelos municípios e pelo DF, de forma a que a tributação sobre o consumo obedeça a uma única lógica: alíquota uniforme aplicável a bens e serviços, e não cumulatividade efetiva.

Além da tributação sobre o consumo, o governo pretende alterar o Imposto de Renda, possivelmente reduzindo a tributação sobre as empresas e concentrando-a sobre as pessoas físicas; tornar o IPI um imposto com a função de regular as externalidades de produtos como tabaco e álcool; e modificar o financiamento da Previdência Social, diminuindo o seu impacto sobre a folha de salários.

O governo optou por apresentar inicialmente uma proposta bem delimitada, cuidando apenas dos seus tributos e deixando aos demais entes federados a tarefa de conciliar seus interesses e harmonizar seus impostos ao novo modelo. Aguarda-se, ainda, a apresentação dos projetos que cuidarão da reforma dos demais tributos federais.

A maneira encontrada pelo governo federal para dar início à reforma tributária pode aumentar as chances de sua aprovação, já que a dis-

cução será sobre a parte e não sobre o todo, compatível com as duas PECs já em trâmite no Congresso (PECs 45 e 110). Ela também reconhece o protagonismo que os demais entes federados devem exercer através do Congresso Nacional para encontrar o consenso necessário à modificação do sistema tributário. Ganha-se, com isso, em legitimidade, e mitigam-se as críticas de que a reforma tributária poderia ferir o pacto federativo brasileiro.

Por outro lado, uma reforma conduzida por partes torna-se mais complexa por duas razões: o desconhecimento do todo, isto é, de qual sistema tributário se pretende, ao final, ver implantado; e o incentivo a conflitos distributivos decorrentes de ações isoladas de partes que buscam resguardar seus próprios interesses.

Poder-se-ia, contudo, imaginar que esses problemas se resolveriam ao se conhecer todas as partes da reforma tributária, quando, afinal, seria possível uma discussão mais qualificada. Entretanto, o risco é que o próprio debate de medidas parciais, como a instituição da CBS, condicione as próximas etapas da reforma tributária, perdendo-se, com essa discussão sobre partes isoladas, a capacidade de uma análise mais ampla.

A reforma tributária está sendo conduzida de uma maneira que exigirá grande coordenação para que suas diversas partes isoladas resultem em um todo harmônico e que cumpra os objetivos centrais de um sistema tributário: possibilitar o custeio do Estado por meio da repartição da carga fiscal de maneira justa e que seja capaz de promover o desenvolvimento econômico. Espera-se que as partes envolvidas estejam à altura dos desafios que o todo representa.

[...]

Uma reforma conduzida por partes torna-se mais complexa por duas razões: o desconhecimento do todo, isto é, de qual sistema tributário se pretende, ao final, ver implantado; e o incentivo a conflitos distributivos decorrentes de ações isoladas de partes que buscam resguardar seus próprios interesses

Monitoramento constante

Rastreamento de mensagens para lidar com fake news é vigilância em massa

Joana Varon

Diretora da Coding Rights, é fellow de tecnologia e direitos humanos do Carr Center da Harvard Kennedy School e afiliada ao Berkman Klein Center da Escola de Direito de Harvard (EUA)

Nas próximas semanas a Câmara dos Deputados vai dizer se aprova ou não que o WhatsApp, ou qualquer app de chat que chegue a ter mais de 2 milhões de usuários registrados, vire uma ferramenta de vigilância em massa no Brasil.

Pode parecer alarmista. E muitos acadêmicos e teóricos vão dizer que é exagero. Mas a implementação do artigo 10 do projeto de lei que se diz contra fake news aprovado no Senado só é possível com o monitoramento constante de quem fala com quem. A justificativa é rastrear a cadeia de encaminhamento de notícias falsas, ou seja, quem enviou para quem uma fake news. Parece um boa ideia, mas, juridicamente, é inconstitucional, e, tecnicamente, é inviável sem quebrar a criptografia ou inútil para o fim a que se propõe.

Explico. Há quem diga que o armazenamento desses metadados é uma intervenção cirúrgica, porque a lei diz que a guarda de registros de envios só é obrigatória para mensagens encaminhadas em massa. Imagine então aquela referência de cesta orgânica que você jogou num grupo do bairro. Ou quando mandou aquele convite para a live da Teresa Cristina prometendo cantar os rocks do Cazuza. Se enviou um chamado para um ato Vidas Negras Importam. Ou se foi o primeiro a postar no grupo a reportagem com o resultado do teste do Bolsonaro para a Covid-19. Mensagens que devem ter sido reenviadas por mais de cinco usuários, para outros grupos, atingido mais de

outros 1.000, certo? Pois você cairia na malha (não tão) "fina" da vigilância em massa.

Pior ainda, antes disso, como não há como saber qual mensagem vai viralizar, o provedor do aplicativo de chat precisa monitorar informações de todos, a partir do envio da mensagem, para só depois saber se as guarda ou não.

Seria como se tudo que você mandasse nos grupos passasse a ter um selo te identificando — assim, por via das dúvidas, por precaução... Mas isso nada mais é do que uma inversão da presunção da inocência. Todos viramos suspeitos em potencial, com privacidade violada, e mais vulneráveis a um vazamento de da-

[...]

Como não há como saber qual mensagem vai viralizar, o provedor do aplicativo de chat precisa monitorar informações de todos, a partir do envio da mensagem, para só depois saber se as guarda ou não. Seria como se tudo que você mandasse nos grupos passasse a ter um selo te identificando

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Coronavírus

"Tlove macumba", diz uma canção popular. Vivas à cultura africana presente no Brasil, assim como todas as culturas vindas d'além-mar e as indígenas, anteriores a Cabral ("Orixás não deixam abrir terrenos na Bahia por pandemia, dizem líderes religiosos", Cotidiano, 28/7). Antonio Alencar (Brasília, DF)

#UseAmarelo pela Democracia



O fusca pantera da democracia Brivaldo Campelo

Rezo para as igrejas católicas e evangélicas seguirem o exemplo dos terreiros.

Anazilda de Barros Stauffer (Rio de Janeiro, RJ)

"A pandemia serviu para revelar o egoísmo entre as pessoas, que colocam o prazer imediato à frente do bem coletivo". Disse tudo ("Isolamento na pandemia tem brigas familiares e fiscais de quarentena", Cotidiano, 28/7).

Matheus de Oliveira Melo (Araçaju, SE)

A desgraça alheia e todo o tipo de catástrofe fazem a alegria e a felicidade dos grandes investidores, grandes homens de negócios. O capitalismo apocalíptico vai a todo vapor ("Insiders' ganham US\$ 1 bilhão na corrida pela vacina do coronavírus", Saúde, 28/7).

Roberto Xavier de Castro (Antonina, PR)

Aparentemente saudável, jovem. Teve trombose cerebral. Se essa trombose foi consequência da Covid-19, é algo a mais para precauções. Notícias triste. Junto-se aos quase 90 mil outros ("Jornalista Rodrigo Rodrigues morre aos 45 anos", Esporte, 28/7).

Helio Marcengo (Curitiba, PR)

Mulheres, negras

Compartilho das linhas de Maria Gal ("Mulheres negras sob ataque nas redes", Tendências / Debates, 28/7). Nós nos aproximamos, com muita velocidade, da inescapável pergunta repetida por mulheres negras: vamos somar e multiplicar ou cindir e separar? Acrescento: se nossos irmãos e irmãs negros/as, que estão presos/as, saram a chamar o cárcere de "férias", ou mudamos o conceito de férias ou a metáfora sombria repete corretamente as vicissitudes para o negro/a viver em liberdade: "é preciso reagir e falar publicamente sobre racismo".

Ronilson de Souza Luiz, doutor em educação pela PUC-SP (São Paulo, SP)

Desemprego

Não só o Brasil, mas muitas regiões e países foram duramente afetados pelo desemprego. Como solucionar essa questão é o grande desafio. Como dar trabalho e renda que possibilitem uma sobrevivência digna pelo próprio trabalho ("Fechamento de empregos formais desacelera em junho, diz Caged", Mercado, 28/7)?

Benedicto Dutra (São Paulo, SP)

Xiii, vão ter que criar outro consórcio ("IBGE adia divulgação da taxa de desemprego de junho", Mercado, 28/7).

Flávio Alves (Campo Grande, MS)

STF

Aproveitando a carona nesse imbróglio das fake news, comandado por Alexandre de Moraes no STF, acho justo defender a democracia, desde que seja contra a ditadura do STF. Ditadura essa respaldada em decisões monocráticas e que ferem brutalmente o verdadeiro espírito democrático expressado através do voto popular.

Orson Mureb Jacob, presidente do Sindicato Rural de Assis (Assis, SP)

Bezos

Nada como a boa e velha falácia da liberdade econômica nos EUA ("Jeff Bezos, presidente da Amazon, enfrenta teste raro em primeiro depoimento ao Congresso", Mercado, 28/7).

Nathan Barbosa (Cabo Frio, RJ)

Brivaldo Campelo (São Paulo, SP)

A cara do Brasil

"Para bancar Renda Brasil, governo quer limitar famílias que recebem mais de um benefício" (Mercado, 28/7). Um programa de distribuição de renda que corta benefícios dos pobres e deixa os ricos ileso é a cara do Brasil. Todos os benefícios atuais podem ser mantidos se taxarmos as grandes fortunas e cobrarmos mais de quem ganha mais. Sem falar nos cortes dos penduricalhos e salários acima do teto constitucional.

Eivelton Trindade (Mirassol, SP)

Conclusão: não há aporte de nem um único tostão. Tira-se do pobre para repartir com outros pobres e gastam-se recursos só para mudar o nome. E a elite só observando o povo se lasciar. E a imprensa aplaudindo o gênio do liberalismo latino-americano.

Odete Borges (Itabira, MG)

FHC pegou carona no vale leite de Sarney. Lula pegou carona no voucher de FHC. O presidente da pandemia aprendeu e não se fez rogado. Só se reelege quem valoriza o bolso lascado do andar de baixo. Aposto as fichas no programa que quer chamar de seu. Empacota Sarney, FHC e Lula. Faz três em um. Vai tirar da reforma tributária o dinheiro para dobrar o mandato. A oposição está numa situação de bico. Aprova a reforma em 2021. Perde a eleição em 2022.

Alberto A. Neto (Fortaleza, CE)

Segurança

O projeto de criar um grande banco de dados criminais na Polícia Federal ("Todos juntos", Pánel, 28/7) só faria sentido se antes fosse montada toda a arquitetura de cooperação mútua entre estados e a PF, com protocolos padronizados para facilitar consultas. O ideal é que cada estado e o DF tenham dados em sistemas padronizados e em nuvem para facilitar qualquer consulta dos membros. Do modo como está previsto, acabará custando do muito mais e com fraca cooperação, tornando-se quase inútil.

José Vicente da Silva Filho, ex-secretário Nacional da Segurança Pública (São Paulo, SP)

Rochamonte

O leitor acha que a colonista Catarina Rochamonte é uma bolsanarista infiltrada e até um desrespeito com a Folha. Afinal, por qual razão uma bolsanarista na Folha seria infiltrada, já que o jornal prima pela pluralidade?

Anísio Franco Câmara (São Paulo, SP)

ERRAMOS

eramos@grupofolha.com.br

PODER (28 JUL., PÁG. A9) Diferentemente do publicado em "Projetos buscam fortalecer candidaturas negras", o percentual entre os vereadores eleitos que se autocalificaram como pretos foi de 5%, não 0,5%.

MERCADO (28 JUL., PÁG. A16) Diferentemente do publicado no texto "Tecnologia brasileira produz etanol a partir do bagaço da cana", a empresa que desenvolveu o coquetel enzimático empregado pela Raizen é dinamarquesa, não canadense.

mercado

Plano de privatização de Guedes não passa ainda nem da fase de estudos

Só 18 das 614 empresas estão na lista de desestatização, e nenhuma teve sua estruturação definida

Julio Wiziack

BRASÍLIA Quando assumiu o cargo, há um ano e meio, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que pretendia privatizar todas as estatais para levantar cerca de R\$ 1,2 trilhão, valor suficiente para quitar a dívida pública.

Hoje, somente 18 das 614 estatais estão na lista de privatizações, e nenhuma teve sua estruturação definida. O primeiro leilão está previsto para o fim deste ano.

Sem estudos elaborados, nem mesmo o valor das empresas pode ser estimado. De capital fechado, não há referência do potencial de arrecadação, uma vez que não existe negociação em Bolsa.

Levantamento feito pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a pedido da Folha mostra que metade dos 18 projetos incluídos pela gestão Jair Bolsonaro no PND (Plano Nacional de Desestatização) está em fase de estruturação.

Ouseja, só foram contratadas equipes para avaliar o modelo mais apropriado para a venda ou a concessão da estatal à iniciativa privada. Até o momento, nenhum processo foi concluído.

Um deles é o da Emgea, vinculada ao Ministério da Economia e que cuida de contratos imobiliários do extinto Sistema Financeiro Habitacional, principalmente da Caixa Econômica Federal. O leilão está previsto para o quarto trimestre deste ano.

Doze projetos devem ser vendidos no próximo ano. Cinco deles (Correios, portos de São Sebastião e Santos, Parque Nacional dos Lençóis e o de Jericoacoara) nem sequer tiveram editais para a contratação dos estudos. Todos foram incluídos no PND em 2019.

A grande maioria dos projetos incluídos pelo governo Bolsonaro no PND em andamento teve seus estudos de viabilidade econômica realizados na gestão do ex-presi-

dente Michel Temer (MDB). Também boa parte dos projetos leiloados em 2019 foi herança de Temer.

Isso ajudou Guedes a "bater a meta de privatizar US\$ 20 bilhões". Os leilões realizados renderam R\$ 78,6 bilhões.

Com as privatizações (venda da empresa) emperradas, o sucesso de Guedes se deve ao PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), que conduz um programa de concessões, cujos projetos são mais interessantes à iniciativa privada porque preveem receita certa. Afinal, só não haverá tráfego em rodovias, aeroportos, ferrovias e portos se o país fechar as portas.

A pandemia causada pelo novo coronavírus gerou mais pressão sobre o plano de Guedes.

O ministro, que viu sair dos cofres públicos R\$ 826 bilhões para tentar conter a crise no país, anunciou no mês passado sua intenção de realizar ao menos quatro grandes privatizações neste ano: Eletrobras, Correios, porto de Santos e PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.). Os recursos ajudariam a cobrir os gastos, segundo o chefe da Economia.

Nos bastidores, os técnicos envolvidos na estruturação desses projetos afirmam que não há a menor possibilidade de que sejam levados adiante.

Desde o início da gestão do ex-presidente Temer, o governo tenta se livrar do peso que a Eletrobras representa na sua contabilidade.

Reduto político para as bancadas dos estados e fonte de investimentos sociais, especialmente no Nordeste, a estatal renderia R\$ 17 bilhões à União, caso a proposta de capitalização (via diluição da participação da União) enviada ao Congresso fosse aprovada. Mas não passou.

O governo preparou uma nova proposta, mas não houve avanços por resistência de deputados e senadores, especialmente do Nordeste.

Nos Correios, existe uma

Sob Bolsonaro, Plano Nacional de Desestatização continua em estágio inicial

Projetos incluídos	Modalidade	Data da inclusão no PND	Estágio atual		Previsão de leilão
			Privatização	Concessão	
Emgea	Privatização	Set. 2019	Em estudo*		4º tri. 2020
Ceagesp	Privatização	Out. 2019	Em estudo*		2º tri. 2021
Ceasaminas	Privatização	Nov. 2020	Em estudo*		2º tri. 2021
Nuclep	Privatização	Abr. 2020	Em estudo*		2º tri. 2021
Codesa	Privatização	Jun. 2019	Sem estudos		2º tri. 2021
CBTU	Privatização	Set. 2019	Sem estudos		3º tri. 2021
Transurb	Privatização	Set. 2019	Sem estudos		3º tri. 2021
Florestas nacionais	Concessão	Mai. 2020	Sem estudos		3º tri. 2021
Integração do rio São Francisco	Concessão	Ago. 2019	Sem estudos		4º tri. 2021
Dataprev	Concessão	Jan. 2020	Sem estudos		4º tri. 2021
Serpro	Concessão	Jan. 2020	Sem estudos		4º tri. 2021
Correios	Concessão	Out. 2019	Sem estudos		4º tri. 2021
Porto de São Sebastião	Concessão	Ago. 2019	Sem estudos		2022
Porto de Santos	Concessão	Ago. 2019	Sem estudos		2022
Rodovias federais (7.200 km)	Concessão	Jun. 2019	Sem estudos		2022
Parque Nacional do Iguaçu	Concessão	Dez. 2019	Sem estudos		2022
Parque Nacional dos Lençóis	Concessão	Dez. 2019	Sem estudos		2022
Parque Nacional de Jericoacoara	Concessão	Dez. 2019	Sem estudos		2022

*Sem modelo definido de leilão. Fonte: BNDES

Taurus é proibida de participar de licitações em SP por dois anos

A Taurus não poderá participar de licitações e contratações de órgãos públicos do estado de São Paulo por dois anos como punição após constatação de falhas no funcionamento de pistolas vendidas de 2007 a 2011, decidiu a Consultoria Jurídica da Polícia Militar paulista. Além da suspensão, a empresa deve pagar uma multa de quase R\$ 12,7 milhões, que corresponde a 20% no valor do armamento que apresentou problemas. A Taurus afirma que as pistolas referidas no processo não são mais fabricadas ou comercializadas e que "tomará todas as medidas judiciais cabíveis para reversão da penalidade aplicada".

trava legal. Cabe à União o serviço postal, que é, justamente, o que dá prejuízo aos cofres públicos. Na prática, a única possibilidade de venda, neste momento, seria a das entregas, a galinha dos ovos de ouro da estatal.

Nem mesmo no porto de Santos há consenso sobre a privatização. A nova gestão tornou o porto lucrativo, e há projetos de reestruturação que, neste momento, sinalizam para a concessão — algo mais factível, segundo técnicos envolvidos nas discussões.

Os três projetos foram incluídos no PND. Essa exigência legal é a que dá a largada para o início da estruturação da venda por consultorias especializadas, capitaneadas pelo BNDES.

O banco atua tanto na fase preliminar (estruturação) quanto na final, financiamento aos vencedores do leilão.

Será função da empresa contratada pelo BNDES para

realizar os estudos definir se a melhor saída será a concessão (contratos de longo prazo) ou a privatização (venda). Guedes também disse que pretende vender a PPSA, a estatal do pré-sal. Sua meta, além de fazer caixa, é pôr fim ao regime de partilha, sistema pelo qual o governo entra como sócio na produção de petróleo e gás.

Nenhum dos processos tem chance de avançar sem a aprovação do Congresso. Por isso, no fim do ano passado, o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, cogitou enviar um projeto para criar uma espécie de "fast track" (via rápida, em tradução livre do inglês) para a venda de estatais.

Salim queria que o Congresso desse aval para a inclusão automática de uma lista de estatais enviadas pela Economia. Dessa forma, conseguiria furar a fila do PPI, que se-

que rito próprio incluindo no PND projetos enviados pelos diversos ministérios.

Até o momento, a prioridade são os projetos do Ministério da Infraestrutura, que conduz um programa de concessões (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos) com potencial para atrair R\$ 250 bilhões em investimentos no período de vigência da concessão até o fim do mandato de Bolsonaro.

Com o projeto de lei, Salim conseguiria que o Congresso incluísse as estatais no PND em vez de passarem pelo PPI. Uma vez qualificados pelo PPI, cabe aos técnicos do programa com os ministérios realizar estudos de viabilidade econômica. Se ela for confirmada, o projeto é incluído no PND, e o BNDES segue com o processo de estruturação (modelagem do leilão).

Em fevereiro deste ano, o PPI foi remanejado do Palácio do Planalto para o Ministério da Economia, permanecendo sob o controle de Guedes. Essa mudança fez com que Salim desistisse do plano de conseguir um atalho via Congresso. Além dos entraves políticos, o plano de desestatização de Guedes também sofre com a pandemia, que fez o valor das empresas despencar mundo afora.

Esse foi o motivo que levou o secretário Salim a declarar publicamente, no fim de abril, que o governo só falaria de privatizações no ano que vem. Guedes, no entanto, diz que não pode esperar.

Por meio da assessoria de imprensa, o Ministério da Economia afirmou que também constam da lista de empresas incluídas no PND as estatais ABGE, Casa da Moeda e Ceitce. Esses processos, segundo o BNDES, não estão em andamento.

A pasta afirmou que há variáveis que influenciam os prazos para a elaboração dos termos que servem de referência para os estudos. Dentre elas estão a disponibilidade das informações das empresas necessárias para a discussão da melhor "modelagem de desestatização".

Sobre o processo envolvendo a Eletrobras, a expectativa do ministério é que o projeto seja aprovado pelos congressistas em 2020 e que a capitalização da empresa ocorra no primeiro trimestre de 2021. Os estudos aguardam a aprovação pelo Congresso.

Governo articula meio-termo em contrato de saneamento

Julia Chaib

BRASÍLIA O governo acenou a congressistas com o envio de um projeto de lei para evitar a derrubada de um dos vetos sobre soluções que podem ser tomadas para evitar uma derrota de Bolsonaro, eles ao menos ganham tempo.

Segundo pessoas próximas ao presidente do Senado, Alcolombure está tentando construir acordos em torno desse e de outro veto polêmico do governo, o que barrou a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da Economia para que eles sejam analisados numa mesma tacada pela Casa.

A expectativa no governo é que isso não ocorra antes da semana de 15 de agosto. O veto presidencial pode ser derrubado em sessão conjunta do Congresso, por maioria absoluta das duas Casas.

No total, Bolsonaro vetou 11 dispositivos do novo marco legal do saneamento, aprovado neste mês.

A medida foi duramente criticada no Congresso. Isso porque os parlamentares entenderam que o governo descumpriu um acordo que havia feito no Senado.

Em sessão no dia 15, Alcolombure afirmou que é preciso "respeitar entendimentos". "Se, infelizmente, por parte do governo, não houve a eficácia do entendimento, hou-

tra respaldo de boa parte do Congresso.

Mas, na avaliação de líderes do governo e de auxiliares, ao conversar com parlamentares sobre soluções que podem ser tomadas para evitar uma derrota de Bolsonaro, eles ao menos ganham tempo.

Segundo pessoas próximas ao presidente do Senado, Alcolombure está tentando construir acordos em torno desse e de outro veto polêmico do governo, o que barrou a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da Economia para que eles sejam analisados numa mesma tacada pela Casa.

A expectativa no governo é que isso não ocorra antes da semana de 15 de agosto. O veto presidencial pode ser derrubado em sessão conjunta do Congresso, por maioria absoluta das duas Casas.

No total, Bolsonaro vetou 11 dispositivos do novo marco legal do saneamento, aprovado neste mês.

A medida foi duramente criticada no Congresso. Isso porque os parlamentares entenderam que o governo descumpriu um acordo que havia feito no Senado.

Em sessão no dia 15, Alcolombure afirmou que é preciso "respeitar entendimentos". "Se, infelizmente, por parte do governo, não houve a eficácia do entendimento, hou-

Alguns dos vetos de Bolsonaro no novo marco do saneamento

RENOVAÇÃO DE CONTRATOS

Dispositivo: permitia que estatais que prestam serviços de saneamento renovassem contratos por mais 30 anos sem licitação, desde que isso fosse feito até 2022. Serviços prestados hoje sem contrato poderiam ser regularizados

Justificativa do veto: prolonga desnecessariamente a situação atual, de forma a postergar soluções para os impactos ambientais e de saúde pública decorrentes da falta de saneamento básico. Está em desconformidade com os objetivos do novo marco legal

RESÍDUOS SÓLIDOS

Dispositivo: limitava novas regras de concorrência a serviços de água e esgoto. Com isso, impediria que o setor de resíduos sólidos se beneficiasse das normas estabelecidas pelo marco legal

Justificativa do veto: quebra a isonomia entre as atividades de saneamento, de forma a impactar a competição entre os interessados na prestação dos serviços, além de tornar menos atraentes os investimentos

ve o lapso da parte do Executivo — que eu reputo que não é certo —, a gente tem como corrigir isso aqui na sessão do Congresso Nacional e dar a resposta do que foi construído no plenário da sessão do Congresso Nacional."

No mesmo dia, o relator do projeto no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que foi surpreendido pela quantidade de dispositivos vetados pelo Executivo.

"Foi surpresa para mim também quando hoje, há pouco tempo, por sinal, recebi a notícia de que havia 11 vetos ao projeto, que eu não esperava."

Segundo o relator do texto no Senado, havia um acordo, costurado com o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), para que apenas três dispositivos fossem vetados.

Um deles a pedido do senador Major Olimpio (PSL-SP), sobre serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e outros dois a pedido do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

Tasso avisou que votaria a favor da derrubada do veto de Bolsonaro. Como ele, outros congressistas se posicionaram da mesma forma.

A decisão do governo irritou também governadores, que cogitam até ir à Justiça contra o ato de Bolsonaro se ele não for revisto.

País tem superávit recorde nas contas externas em junho

BRASÍLIA As estatísticas das contas externas brasileiras mostram sinais de melhora em junho, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta terça-feira (28).

Após quatro meses de resultados negativos, os investimentos no mercado doméstico tiveram entradas líquidas de US\$ 2,4 bilhões. Desse, US\$ 1,9 bilhão foi aplicado em títulos de dívida, e US\$ 432 milhões, em ações e fundos de investimento.

O superávit em transações correntes do Brasil foi de US\$ 2,235 bilhões em junho, o maior para o mês da série histórica, iniciada em janeiro de 1995, com as contas externas sendo ajudadas pelo impacto da crise com o coronavírus em títulos internacionais e nas trocas comerciais.

Os investimentos diretos no país alcançaram US\$ 4,754 bilhões em junho, acima dos US\$ 3,58 bilhões previstos em pesquisa da Reuters.

No primeiro semestre, houve déficit em transações correntes de US\$ 9,73 bilhões, ante US\$ 21 bilhões no mesmo período de 2019. Em 12 meses, o déficit caiu para 2,35% do PIB, o menor desde maio do ano passado.

Com Reuters

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Abilio Diniz

Para empresário, solução para pequenos negócios tem de vir do BNDES

SÃO PAULO Abilio Diniz, que no início da pandemia entrou em um projeto com grandes empresários para dar crédito a pequenos negócios em dificuldade, diz que o movimento está crescendo, mas o dinheiro é limitado diante do tamanho da necessidade.

Ele avalia que a solução vai sair mesmo é do governo.

“O BNDES está formatando linhas para poder chegar a esses empresários, em quantidade maior e com funding muito maior. Espero que aconteça mais rapidamente, com uma burocracia pequena”, afirma.

O empresário, que participou da série de lives da Folha, Ao Vivo em Casa, nesta terça (28) falou sobre o projeto do governo de resgatar a CPMF, que ele vê como um tributo fácil de arrecadar, mas talvez devesse ser temporário.

“Esse é um imposto pequeno, fácil de arrecadar, não dá para sonhar e não tem que ficar a Receita inventando moda. Essa é vantagem e, na minha visão, deveria ser, talvez, temporário. Depende da forma como vai ser montado. É uma maneira de arrecadar um pouco de dinheiro, compensando a desoneração da folha que precisa ser feita”, diz ele.

Como viram no começo da pandemia que os pequenos teriam dificuldade tão grande de crédito? Já vivi muitas crises. Essa é a mais grave. É global. É uma crise sanitária e se espalhou pela economia. As pessoas são impactadas. Tem sido feita muita coisa para os chamados invisíveis, para quem o governo colocou os R\$ 600. Isso é extraordinário. Está chegando às pessoas de menor renda para elas sobreviverem. Algumas estão conseguindo ganhar mais do que ganhariam normalmente, as que tinham renda muito baixa.

Além disso, tem os pequenos empresários. Aquele que tem uma pequena loja, um salão de beleza, prestadores de serviço. De repente, ficaram sem trabalhar. Essas pessoas que não têm acesso aos bancos precisam ser ajudadas.

Quando ele [Eduardo Mufarej, empresário que idealizou o projeto Estímulo 2020 para oferecer crédito com recursos próprios] falou comigo, achei excelente. Imediatamente colocamos nossa participação.

Procuramos conversar com as pessoas que estamos ajudando, com dinheiro e palavras. Fiz duas mentorias com um grupo grande, procurando dar uma palavra de resiliência neste momento.

Só que precisamos de funding, de dinheiro. Gostariamos que mais gente estivesse contribuindo para atendermos muito mais gente.

No Estímulo 2020, tem empresários do setor de automóvel e do imobiliário. Tem banqueiros também dando recursos com vocês? Tem muita gente ajudando. Conseguimos uma verba razoável aqui em São Paulo. Estamos agora abrindo um segundo módulo. Conseguimos um sucesso muito grande em Minas Gerais. Estamos indo para Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, esperando que outros empresários ajudem.

Nessa primeira rodada em São Paulo foi quanto? Foram R\$ 20 milhões, com o que conseguimos ajudar 300 pessoas. SP abrimos agora para mais R\$ 20 milhões ou R\$ 30 milhões. Conseguimos um funding maior em Minas, mais

de R\$ 100 milhões.

Agora, este crédito que estamos dando é proveniente de doações de pessoas que estão colocando o dinheiro, que não estão olhando se ele vai voltar ou não. É um dinheiro limitado, dada a quantidade de empresários que precisam.

Por outro lado, o BNDES está formatando linhas para poder chegar a esses empresários, em quantidade maior e com um funding muito maior. Espero que isso aconteça mais rapidamente, com uma burocracia pequena.

A vantagem do Estímulo 2020 é que a concessão de crédito é ágil. Não temos burocracia praticamente nenhuma. Analisamos a pessoa e a linha sem, se tinha outros débitos, se não era inadimplente em outras contas. Analisamos poucas coisas e concedemos o crédito. Esperamos que o BNDES faça isso também e aumente muito essa linha, para colocar na mão dos pequenos que precisam.

Estamos tentando atrair mais dinheiro. Mas também estou empenhado para que o governo coloque mais. O governo tem massa muito maior de funding para atender essas pessoas no Brasil inteiro. Se o BNDES se organizar para fazer a concessão rápida, é o que o país precisa. Vamos fazer nossa parte, mas é insuficiente para atender todos.

A organização da reforma tributária vem tarde? Nunca é tarde demais para se fazer as coisas. Está sendo feito.

E a CPMF? Não é CPMF, é um imposto sobre movimentação financeira. O governo está falando em taxar o digital, não conheço os detalhes. Um imposto dessa natureza é extremamente regressivo. Acaba incidindo sobre toda a sociedade. Não pode ter alíquota grande. Nenhum imposto indireto é ideal. Esse é pequeno, fácil de arrecadar, não dá para sonhar e não tem que ficar a Receita inventando moda.

Essa é vantagem e, na minha visão, deveria ser talvez temporário, depende de como será montado. É uma maneira de arrecadar um pouco mais compensando a desoneração da folha, que precisa ser feita e é uma aberração no nosso sistema tributário. Agora, com esse impacto no setor de serviços, não há dúvida que quem estava pagando menos de 4% e vai pagar 12% tem impacto grande. Eu acredito que a desoneração da folha virá, sem dúvida.



Bruno Santos/Folhapress

Abilio Diniz, 83

Presidente do conselho de administração da empresa de investimentos Península Participações. Membro do conselho de administração do grupo Carrefour desde 2014. Presidiu o conselho de administração do grupo Pão de Açúcar. É atleta, autor de dois livros e professor na FGV (Fundação Getúlio Vargas), instituição onde também graduou-se em administração de empresas

Simone Tebet (MDB-MS), presidente da da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado
Roque de Sá - 12.fev.20/Agência Senado

Congresso deveria tributar renda ou propriedade, diz presidente da CCJ do Senado

Simone Tebet defende poupar classe média de aumento de tributos; comissão especial analisa propostas de reforma nesta quinta-feira

Iara Lemos

BRASÍLIA A presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), defendeu nesta terça-feira (28) que o Congresso deveria tributar mais a renda ou a propriedade, em detrimento do possível aumento de impostos para a classe média.

Tebet é uma das integrantes da comissão especial que analisa a reforma tributária no Congresso. O colegiado se reúne pela primeira vez nesta quinta-feira (30).

O grupo vai examinar a proposta entregue pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e outras duas que tramitam no Congresso.

A ideia é unificar o tema para que a votação e a promulgação da PEC (proposta de emenda à Constituição) ocorra nas duas Casas ainda em 2020, para que a transição comece em 2021.

“O Congresso não está disposto a tributar mais a classe média e a classe mais baixa, mas temos de tributar mais a renda ou mais a propriedade. Um desses dois terá de ser mais tributado”, disse a senadora.

O projeto apresentado pelo governo unifica PIS e Cofins para criar a CBS (Contribuição Social sobre Operações

com Bens e Serviços). A alíquota ficou em 12%.

O tributo deve ser aplicado de forma linear, em todos os setores. A decisão representa um recuo em relação a estudos que vinham sendo feitos pela equipe econômica para aliviar áreas mais impactadas, como o setor de serviços. Ao faltar o projeto da reforma, tratando apenas de impostos federais, o governo inflamou as críticas congressistas.

“Neste fatiamento, o governo foi muito infeliz. Quando ele colocou a contribuição, a CBS, taxando os serviços de 3% para 12%, ele já criou uma reação negativa, e já viu que não vai passar [a reforma]”, disse Tebet.

“Ele tem de entrar urgentemente com essa fase de desonerar a folha, para sabermos qual a base, qual a espinha, qual o esqueleto da reforma”, afirmou a senadora.

Desde o ano passado, o governo prometia enviar ao Congresso uma proposta de reforma tributária, mas o debate foi adiado por uma série de fatores, como o prolongamento das discussões das mudanças na aposentadoria, que duraram mais do que o previsto pela equipe econômica.

A ideia de Guedes, então, foi faltar a reforma tributária e começar pela parte com me-

“O Congresso não está disposto a tributar mais a classe média e a classe mais baixa, mas temos de tributar mais a renda ou mais a propriedade. Um desses dois terá de ser mais tributado”

Simone Tebet (MDB-MS) presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado

nor resistência no Congresso: junção de PIS e Cofins em um IVA (imposto sobre valor agregado) federal.

Por alterar apenas os tributos federais, a medida foi apresentada por meio de um projeto dele, que tem tramitação mais simples e célere do que uma emenda à Constituição.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), que também integra a comissão, criticou a proposta. “Mandar uma reforma tributária com a junção de PIS e Cofins é brincadeira, não? Eu acho que eles [governo] querem que o Congresso faça o trabalho que era para eles.”

Abreu defende que haja uma “justiça tributária”. “Eu sou a favor de um imposto sobre herança, sobre dividendos. Temos de ter justiça tributária. Se há justiça, não há revolta.”

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que também compõe o colegiado, disse acreditar que o projeto unificado possa ser votado ainda neste ano, desde que outros temas sejam incluídos no debate, como a tributação de grandes fortunas.

“Temos de votar [a reforma tributária], agora, tem de meter o dedo em algumas feridas, tem de debater imposto sobre grandes fortunas, contribuição social sobre o lucro líquido.”

Agência de risco diz que flexibilizar teto de gastos pode ter efeito negativo na nota do país

BRASÍLIA | REUTERS A Moody's sinalizou preocupação com a possibilidade de flexibilização do teto de gastos no Brasil. A agência de classificação de risco alertou para o fato de que uma eventual elevação do teto de gastos sem medidas de compensação seria “evento negativo” do ponto de vista do rating soberano.

“O teto de gastos é uma âncora-chave para o perfil fiscal do Brasil. A introdução de mudanças ao teto de gastos levanta preocupações sobre a trajetória da dívida do Brasil e sobre as perspectivas de estabilização e redução gradual do nível de endividamento”, disse Samar Maziad, vice-presidente e analista sênior da Moody's para o rating soberano do Brasil em comentário enviado por e-mail.

Maziad acrescentou que leituras de inflação “significativamente” mais baixas aumentam o desafio de cumprimento do teto no próximo ano.

Isso porque o teto de gastos, criado na emenda constitucional nº 95, de 2016, determina que aumento de gastos federais do ano corrente seja limitado à inflação medida pelo IPCA acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. A medida é válida até 2036.

O IPCA subiu 2,13% nos 12 meses até junho de 2020, conforme dados do IBGE.

A alta dos preços ao consumidor tem se mantido abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central, em boa parte pelos efeitos da crise causada pelo coronavírus. O mercado prevê inflação aquém da meta tanto para 2020 quanto para 2021.

Investidores têm acompanhado com atenção notícias sobre pressão de ministros do governo por mudanças no teto. E mesmo o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou no fim de junho que não descartaria mudanças no te-

ENTENDA O TETO DE GASTOS Criado na emenda constitucional nº 95, de 2016, determina que aumento de gastos federais do ano corrente seja limitado à inflação medida pelo IPCA acumulada em 12 meses até junho do ano anterior.

to de gastos, mas que o ideal seria que essa discussão ocorresse após a reforma administrativa.

Na semana passada, porém, Maia afirmou que o “grande desafio” de 2021 será impedir mudanças na regra do teto. As preocupações do lado fiscal têm influenciado os cálculos do mercado para o crescimento da economia brasileira e da dívida.

Em junho, a Moody's reduziu a estimativa para o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro neste ano, passando a ver retração de 6,2%, ante projeção anterior de declínio de 5,2%. O Ministério da Economia projeta queda de 4,7%, enquanto o mercado espera recuo de 5,7%.

A Moody's atribuiu perspectiva “estável” ao rating de crédito soberano “Baa2” para o Brasil, abaixo da classificação de grau de investimento, que funciona como um selo de bom pagador.

Empresários fazem investida no Congresso por defesa da Amazônia

Executivos se reúnem com Maia, que se compromete a criar grupo para debater projetos ambientais

Isabella Macedo, Renato Machado e Alexa Salomão

BRASÍLIA E SÃO PAULO Após pressionar o Planalto a adotar políticas de proteção ambiental, empresários fizeram nesta terça (28) uma investida sobre o Congresso para ganhar adesão à pauta de combate ao desmatamento da Amazônia.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), reuniu-se pela manhã com executivos de diversos ramos da economia. Ele se comprometeu a criar um grupo de deputados para debater o tema.

O grupo de empresários já havia enviado, no início do mês, uma carta ao vice-presidente, Hamilton Mourão, pedindo o combate "inflexível e abrangente" ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros. Mourão atualmente preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Agora, eles pediram a Maia ajuda para barrar a devastação da floresta. O encontro teve a participação de representantes da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), do Itaú e do Santander, entre outras empresas e entidades.

"Foi um encontro importante, pois um grupo de empresários de setores muito diversos, como alimentos e mineração, conseguiu falar não apenas de temas essen-

ciais para a região amazônica, como a rastreabilidade, mas também apresentar a importância de o país criar mecanismos para priorizar uma agenda de negócios sustentáveis no pós-pandemia", disse Paulo Hartung, presidente-executivo da Iba, associação que reúne a cadeia produtiva de árvores cultivadas para fins industriais e ex-governador do Espírito Santo, que participou do encontro.

Segundo Hartung, depois do encontro com o Executivo, que foi representado por Mourão, e da reunião com o Legislativo, o grupo se prepara para um encontro com governadores dos estados que integram o Consórcio da Amazônia Legal, que conta com representantes do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Mato Grosso, do Maranhão, do Pará, de Roraima e de Rondônia.

Após se reunir com os empresários brasileiros, Maia chamou deputados ligados à questão ambiental para debater pautas voltadas à proteção da Amazônia e combate ao desmatamento ilegal.

Na semana passada, o presidente da Câmara já havia aventado a possibilidade de criar uma comissão para acompanhar as ações do governo em relação ao ambiente e medidas contra o desmatamento. Maia disse aos empresários que vai criar o colegiado.

Segundo o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que preside a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, a ideia é apresentar a Maia propostas prioritárias para que a Casa aborde.

Atualmente, duas propostas consideradas importantes na Câmara estão o paradas esperando consenso.

Trata-se dos projetos que abordam o licenciamento ambiental e a regularização fundiária. Esta foi tema de uma MP que perdeu a validade sem ser votada na Câmara e foi transformada em projeto de lei, que ainda aguarda votação.

André Nassar, presidente-executivo da Abiove e ex-secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, afirmou que uma das principais preocupações em relação ao desmatamento ilegal é a regularização fundiária.

"Há duas questões que nos preocupam sobre o desmatamento ilegal. Existe o desmatamento ilegal associado às áreas que são públicas, as áreas não destinadas, então ele está associado à grilagem e à invasão", afirmou. Segundo ele, há preocupação grande das cadeias exportadoras com desmatamento ilegal nas propriedades privadas.

Marcello Brito, presidente da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), afirmou que a transparência sobre a proce-

dência do produto brasileiro não é mais só uma preocupação do agronegócio, mas toda a economia brasileira. "De uma forma geral, a economia brasileira acordou para o tema."

Direita negacionista pressiona empresas a se manifestarem

OPINIÃO

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO Cenas inéditas no mundo político engendram as atuais preocupações ambientais do mercado. Diferentemente das cobranças internacionais que o país já vinha recebendo havia pelo menos três décadas para implementar prometidas políticas de proteção ambiental da Amazônia, desta vez o desafio é convencer o governo de que as questões ambientais —recentemente consideradas pelo mercado— são reais.

A ascensão de governos de extrema direita traz na bagagem o negacionismo das mudanças climáticas, tachadas de conspiração comunista por Trump e Bolsonaro. Eles também se recusam a reconhecer a legitimidade da ciência, a necessidade de políticas ambientais e até a pandemia.

cos se aproximam.

No governo Bolsonaro, o projeto de desregulamentação ambiental prometido em campanha é implementado com competência pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que toca a boiada de desmonte das políticas ambientais, enquanto é poupado pelo governo dos desgastes nas relações internacionais, administradas por Mourão.

A retórica bem treinada do vice, no entanto, é incapaz de redimir o circo de piadas, desdém e degeneração moral com que o presidente Bolsonaro respondeu às queimadas na Amazônia no ano passado, extrapolando as proporções da crise em vez de contê-la.

Diante de tamanho descolamento da realidade protagonizado pelo líder da nação, é claro e até mesmo unânime o retorno dado por diplomatas e investidores que visitaram o gabinete de Mourão desde o início do ano: só os resultados expressos nos dados objetivos de desmatamento e queimadas podem atestar o compromisso do país com uma produção livre de devastação.

Essa mesma mensagem foi declarada à Folha nas últimas semanas pelo diretor do fundo nórdico Nordea, Eric Pedersen, e pelo embaixador britânico Vijay Rangarajan, após seus encontros com Mourão.

Em janeiro, Davos já havia dado o recado ao ministro Paulo Guedes, o que não tem servido para prevenir Mourão de similar vexame internacional.

O negacionismo do governo não conta com a cumplicidade do mercado internacional, que —em meios turbulências pandêmicas, políticas e climáticas— busca nos fatos e nos dados científicos o mínimo solo firme para aterrissar.

Leia mais na pág. B1

COLEÇÕES FOLHA

Para incentivar o hábito da leitura na sua casa

LIVROS INFANTIS PARA GOSTAR DE LER



Minha Primeira Biblioteca

As obras de grandes autores da literatura adaptadas especialmente para o público infantil em 28 volumes ilustrados.



Histórias de Reis, Princesas e Princesas

Os inesquecíveis contos e fábulas de Andersen, Perrault e dos Irmãos Grimm em 25 livros de capa dura.



Pintores para Crianças

A vida e a obra de 30 pintores extraordinários são apresentadas às crianças em livros ricamente ilustrados.



Contos e Fábulas Bilingues

Os grandes clássicos da literatura infantil em 30 livros bilingues (inglês e português) para ler, baixar e ouvir.



Concertos e Operas para Crianças

As obras-primas do balé, da ópera e dos concertos em 30 volumes com livro-CD para as crianças.

Disponível em www.folha.com.br/colecoes




NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Veículo: Estadão	
Data: .28.07.2020	Caderno: Economia



Bancos reclamam de carga de impostos e alertam que mais tributação afetará spread

Fernanda Guimarães e Cynthia Decloedt

23 de julho de 2020 | 13h15

A alíquota direcionada aos bancos na primeira fase da reforma tributária é menor do que para os demais setores, mas as instituições financeiras já preveem que, em seu desenho final, a carga aumentará para eles. Ainda estão previstas na reforma mudanças em relação à tributação ao lucro e também a eventual criação da “nova CPMF”, que oneraria as transações financeiras. Como pressão, o setor já se posiciona e coloca na mesa que uma maior tributação poderá significar maior custo do crédito para a ponta final.

O recado veio nas entrelinhas do posicionamento da Federação Nacional dos Bancos (Febraban). Depois de apenas defender reformas estruturais ontem, incluindo a tributária, a entidade disse hoje que se o texto atual for aprovado, a carga tributária final sobre o setor financeiro será ainda maior. A entidade frisou também que o resultado será um aumento na participação de tributos no spread bancário, que é a diferença entre o custo do dinheiro para o banco e o que ele cobra nos empréstimos, de 19,3% para 20,3%, somente a partir das mudanças apresentadas ontem. Esse repasse de custo, contudo, é opcional.

A proposta do governo nesta primeira fase prevê a unificação do PIS e Cofins em um imposto chamado de Contribuição de Bens e Serviços (CBS) com uma alíquota de 5,8% para as instituições financeiras e de 12% para os demais setores. Os bancos pagam hoje 4,65%, somando os dois impostos.

O cálculo é de que o texto da reforma custará R\$ 6 bilhões a mais aos bancos, tendo em vista os impostos pagos no ano passado. Itaú Unibanco e Bradesco responderiam, cada, com R\$ 1,3 bilhão dessa conta, segundo estimativa do UBS.

Em 2019, de acordo com o UBS, os bancos brasileiros pagaram um total de R\$ 24 bilhões em PIS e Cofins, sendo que os cinco maiores bancos foram responsáveis pelo cheque de R\$ 20 bilhões, de acordo com o documento assinado por Thiago Batista, Mariana Taddeo, Olavo Arthuzo e Philip Finch.

“Os bancos já pagam muitos tributos e é inadmissível qualquer aumento de impostos, não só para instituições financeiras, mas para qualquer empresa ou pessoa física da sociedade brasileira”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Ricardo Gelbaum.

O executivo lembra que, por enquanto, apenas a primeira etapa de três da reforma tributária foi apresentada, e que qualquer aumento nos tributos já cobrando dos bancos tende a causar aumento dos spreads.

“Mesmo com a taxa Selic na mínima histórica, o custo de um eventual aumento na carga de tributos se refletirá nos spreads, porque o Brasil já é um dos países com a maior carga e as instituições precisam se remunerar para não perderem a competitividade”, observou.

A Febraban destaca que além do PIS/Cofins, os bancos já pagam uma alíquota maior de CSLL em relação aos demais setores, de 20%, a qual somada aos 25% do Imposto de Renda, levam a alíquota sobre a renda das instituições para 45%, uma das maiores no mundo. O setor bancário ainda paga um adicional de 2,5% de contribuição sobre a folha de salários em relação a todos os demais setores.

O sócio da área tributária do escritório Cescon Barriou Advogados, Aldo de Paula Junior, explica que a alíquota dos bancos é menor em relação a outros setores, porque as instituições financeiras seguem o regime cumulativo. “Em outros países, os bancos também têm regime diferenciado de apuração do Imposto sobre Valor Agregado, porque é difícil mensurar a partir desta base”, destaca o especialista.

A possibilidade de uma nova CPMF também chama a atenção. “A depender da forma como a proposta do Governo será apresentada, caso haja excessiva tributação sobre os pagamentos digitais e outros tipos de transações financeiras, é possível que aconteça uma redução na demanda para este tipo de serviço financeiro, o que levaria às pessoas a procurarem outros meios, como pagamento em dinheiro – em espécie – , por exemplo”, diz Ester Santana, sócia-fundadora do CSA Chamon Santana Advogados e advogada especialista em Direito Tributário.

Para o responsável por instituições financeiras da agência de classificação de risco da Fitch Ratings, Claudio Gallina, o debate ainda é prematuro, uma vez que a proposta ainda está em um estágio muito inicial. Entretanto, Gallina chama a atenção para o eventual impacto da nova carga tributária das empresas sobre a capacidade de pagamento de seus empréstimos junto aos bancos. Gallina pondera que nesse momento, em termos de perspectiva de mudança de ratings das

instituições financeiras, o olhar está nos efeitos da crise trazida pela pandemia de covid-19. Mesmo com os bancos brasileiros mostrando resiliência, é esperado impacto negativo na rentabilidade e na qualidade dos ativos, segundo ele.

Veículo: Estadão	
Data: .29.07.2020	Caderno: Economia



Bolsonaro sanciona projetos sobre tributação da variação cambial e assembleias de acionistas

Aprovada sem vetos, medida vem para diminuir a exposição das entidades financeiras com investimentos no exterior, da volatilidade cambial provocada pela pandemia

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

28 de julho de 2020 | 22h36

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** sancionou o projeto de lei que muda as regras de tributação sobre a **variação cambial**, sem vetos. Também foi sancionado o texto que prorroga o prazo para a realização de reuniões e assembleias gerais ordinárias de acionistas ou sócios, neste caso com um veto.

No primeiro texto, a medida torna possível aos bancos com investimentos no exterior diminuírem a proteção cambial, o "hedge", usada para compensar prejuízos com a variação do **dólar**. A regra vale para sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência no exterior.

A proposta tem o objetivo de diminuir a exposição dos bancos com investimento no estrangeiro à volatilidade cambial provocada nos últimos meses pela pandemia da **covid-19**.

Já o projeto sobre as assembleias dá até sete meses para sociedades anônimas e limitadas realizarem as reuniões, prazo que é de nove meses no caso de cooperativas. O texto ainda permite que as assembleias sejam realizadas em plataforma digital, com possibilidade de voto a distância.

O projeto de lei foi sancionado com um veto. Segundo a **Secretaria-Geral da Presidência**, o **artigo 11** do projeto de **lei de conversão 19/2020** gerava insegurança ao possibilitar a revisão de atos e relações jurídicas já consolidadas. A medida implicaria, segundo o governo, em quebra contratual entre privados, que dispõem de mecanismos próprios de negociação.

"Tal fato acarretaria uma interferência indiscriminada do Estado na relação entre particulares, o que pode aumentar a percepção de risco institucional e afeta, em última análise, a própria evolução do mercado de crédito e do mercado de capitais. Por estes motivos, o referido artigo foi vetado", diz a nota.

Governo espera arrecadar R\$ 120 bi com a contribuição sobre transações

Esse montante de recursos seria suficiente para fazer redução das contribuições que incidem sobre uma faixa de renda das folhas de salários, elevar o limite de isenção do IIRPF, dentre outras alterações no sistema tributário

Por Claudia Safatle, Edna Simão e Lu Aiko Otta — De Brasília

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes: restrições fiscais dificultam pagamento de mais de R\$ 300 mensais no Renda Brasil — Foto: Agência 'O Globo'

O governo estima arrecadar R\$ 120 bilhões com a nova contribuição sobre transações. Esse montante de recursos seria suficiente para fazer redução das contribuições que incidem sobre uma faixa de renda das folhas de salários, elevar o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dentre outras alterações no sistema tributário. E daria, também, para financiar novos programas, como o de renda mínima e a Carteira Verde-Amarela, informou ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos.

Na formulação da proposta de Orçamento para 2021, cujo projeto de lei será entregue ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, a equipe econômica vasculha as despesas para cortar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões. Esse é o valor do corte de gastos necessário para acomodar novos programas sob a lei do teto.

O teto tem sido um limitador para novos gastos gerados, por exemplo, pela criação de programas e projetos. No entanto, não está em consideração no governo prorrogar o estado de calamidade pública ou renunciar à regra do teto. A ordem é mantê-lo e buscar formas de “furar o piso”, como costuma dizer o ministro Paulo Guedes. O ministro apoia a lei do teto e sabe que ele é a única âncora fiscal disponível no momento e que abandoná-la teria efeitos desastrosos sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Esse entendimento coloca um limite em eventuais críticas ao secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e ao assessor de Relações Institucionais, Esteves Colnago. Ambos têm lembrado com frequência os colegas que é preciso zelar pelo teto e, ocasionalmente, “destruir sonhos”, como descreve um integrante da equipe.

A formulação dos novos programas de renda básica (Renda Brasil) e de emprego encontra obstáculos não só no teto, mas também na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe uma série de exigências para a criação de novas despesas obrigatórias, segundo informações da área técnica. “Para conseguir incluir uma nova despesa no teto, só reduzindo uma despesa já existente”. E em se tratando de despesa obrigatória, tem que cumprir a LRF, explicou um técnico da área econômica, citando os artigos 16 e 17 da LRF. “Para abrir espaço, teria que reduzir as despesas que, dependendo do caso, exigem alterações legais de vários níveis”, contou.

Enquanto não se resolvem esses problemas, a equipe econômica analisa com lupa todas as despesas existentes para ver o que pode ser focalizado para o Renda Brasil. Um dos estudos técnicos do ministério mostra que, com os orçamentos do Bolsa Família (R\$ 30 bilhões), abono salarial (R\$ 18 bilhões) e seguro defeso (R\$ 3 bilhões), a equipe econômica teria R\$ 51 bilhões, que seriam suficientes para atender 57,3 milhões de beneficiários com um valor médio de cerca de R\$ 232,00. Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, gostaria de chegar a um valor mais próximo dos R\$ 300. A avaliação é de que um benefício de R\$ 350,00 como tinha cogitado Guedes, é muito alto diante das restrições fiscais existentes. "Quanto mais despesas sujeitas ao teto focalizarmos, maior será o valor do Renda Brasil", afirmou um outro técnico da área econômica.

A Carteira Verde-Amarela e o programa de renda mínima também precisariam de espaço sob o teto. Como as despesas discricionárias já estão bastante limitadas, será necessário atacar gastos obrigatórios. Um exemplo são as despesas de pessoal, que apresentarão evolução mais lenta do que no cenário pré-pandemia porque não receberão reajuste em 2021.

Segundo uma fonte do Ministério da Economia, a proposta do governo para a prorrogação do Fundeb não teve como motivação contornar o teto de gastos. Era, sim, um desenho que utilizava transferências a crianças de baixa renda para controlar o repasse aos municípios. O fato de ficar fora do teto era uma espécie de bônus, e não o objetivo, explicou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

ICMS-ST e as manobras impeditivas de restituição

A imposição de requisitos sem amparo legal visa burocratizar ainda mais um sistema deficiente de ressarcimento

Por Paulo Octávio Calháo

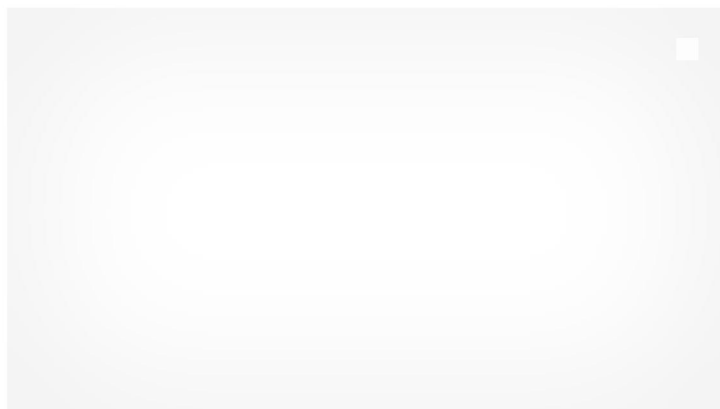
29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A substituição tributária do ICMS sempre esteve entre os principais temas de litígio na relação Fisco versus contribuintes. O que parecia ter sido um “final feliz” para os contribuintes, na longa disputa pelo reconhecimento do direito ao ressarcimento de créditos do ICMS substituição tributária quando praticado um preço inferior àquele que serviu como base de cálculo de presunção, conforme julgamento do Tema 201 (RE nº 593849) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2016, acabou por se tornar um verdadeiro pesadelo na busca pela efetivação do entendimento firmado pela Suprema Corte.

Muito embora não se discuta nos dias atuais a legitimidade do direito ao ressarcimento do imposto apurado quando verificada a diferença a menor da base de cálculo na operação praticada pelo contribuinte substituído quando confrontada com a base de cálculo de substituição tributária, ao longo desses quase quatro anos após o julgamento do tema pelo STF, verificou-se que grande parte dos Fiscos estaduais instituíram diversos mecanismos com intuito de afastar (impedir) a efetivação do ressarcimento do ICMS-ST, impondo medidas que trazem excessivo ônus ao contribuinte ao “tentar” reaver parcela do imposto que lhe é supostamente garantido de forma “imediate e preferencial” pelo texto constitucional (artigo 150, parágrafo 7º, da CF/88).

A imposição de requisitos sem amparo legal visa burocratizar ainda mais um sistema deficiente de ressarcimento

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Dentre as “manobras” utilizadas pelos estados, destacamos: (i) a exigência à comprovação de não ter repassado o ônus financeiro da operação ao destinatário da mercadoria, tal qual prevê o artigo 166 do Código Tributário Nacional (CTN) nas disposições gerais aplicáveis à restituição de indébito em decorrência ao pagamento indevido ou a maior, e; (ii) a instituição e exigência da compensação do saldo do ICMS-ST a ressarcir com o ICMS-ST “a complementar”, referente às operações em que o preço praticado foi superior à base de cálculo de presunção.

A despeito dos entendimentos em contrário, nos filiamos à interpretação de que o fundamento jurídico que ampara o direito à restituição imediata e preferencial previsto no artigo 150, parágrafo 7º, da CF/88 não impõe à comprovação do ônus financeiro ser suportado pelo contribuinte substituído, tampouco autoriza a cumulação de outros requisitos para a sua efetivação, como ocorre no cenário de simples indébito tributário de que tratam os artigos 165/166 do CTN.

Igualmente, o artigo 10º da Lei Complementar nº 87, de 1996, ao dispor sobre a restituição “imediata e preferencial”, tampouco fez referência aos requisitos estabelecidos pelo artigo 166 do CTN, seja porque o lançamento efetuado por substituição tributária não se afigura originalmente um pagamento indevido ou a maior pelo contribuinte de direito, seja porque a exigência de outros requisitos estaria por limitar a condição especial que lhe foi positivada pelo constituinte, na Emenda à Constituição nº 3, de 1993.

De mais a mais, sob o viés econômico, tampouco faria sentido a exigência da comprovação do não repasse do ônus financeiro na medida em que, demonstrada a efetivação da operação em valor inferior àquele que serviu de base de cálculo para fins de retenção do ICMS-ST, somente seria possível o repasse integral do imposto retido caso a operação se concretizasse em valor idêntico ou superior àquele que serviu de base de cálculo para fins de substituição.

Quanto à recente instituição do “ICMS-ST a complementar” por algumas unidades federadas, com amparo na interpretação a “contrario sensu” daquela exposta no julgamento do Tema 201 pelo STF, essa também se afigura inconstitucional. Isso porque, a despeito da competência legislativa outorgada pela constituição aos entes federados, foi reservada a lei complementar a definição de tributos, seus respectivos fatos geradores, base de cálculo e contribuintes, de sorte que a imposição da complementação de eventual imposto pelo contribuinte substituído somente poderia ser instituída mediante prévia edição de lei complementar federal.

Além do custo de conformidade para preparar e instrumentalizar os pleitos, a imposição de requisitos adicionais sem amparo legal visa burocratizar ainda mais um sistema deficiente de ressarcimento que, em muitas das vezes, acaba por se reverter em crédito do imposto na escrita fiscal do contribuinte, gerando elevados saldos credores acumulados sem qualquer perspectiva plausível de sua monetização.

No fim, percebe-se que exigências mencionadas visam desestimular os contribuintes a exercerem o direito que lhe foi garantido pela Constituição Federal, apesar da ratificação pelo STF no julgamento do RE 593849, prevalecendo, infelizmente, uma moralidade pública questionável e um sistema tributário deturpado que impede o desenvolvimento saudável da economia nacional.

Àqueles contribuintes que ainda se aventuram a apresentar seus pleitos às Secretarias de Fazenda, além do custo de conformidade para cumprimento de todas as infundáveis exigências procedimentais impostas por cada unidade da federação, possuem a certeza de que se inicia uma nova e longa jornada visando efetivar a restituição que já seria tida por “imediate e preferencial” em nossa Constituição da República. Ao final, temos notado que a esfera administrativa acaba por consolidar na maioria dos casos o ditado do “ganhou, mas não levou”, obrigando o contribuinte a abarrotar novamente o Judiciário com uma demanda que sequer deveria existir.

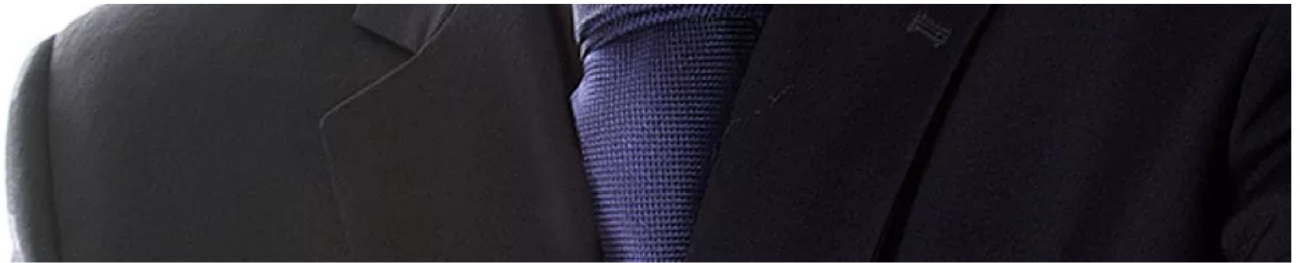
Ministros analisarão restrições para o aproveitamento de créditos de ICMS

Ministros também debaterão se os Estados podem cobrar o imposto de forma antecipada

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Douglas Mota: STF decidirá se a Constituição é soberana sobre a não cumulatividade — Foto: Divulgação

Pelo menos quatro julgamentos importantes envolvendo a cobrança de impostos estaduais estão pautados para a próxima semana, retorno do recesso forense, no Supremo Tribunal Federal (STF). Um dos mais esperados pelos contribuintes discute a possibilidade de lei complementar impor restrições para o aproveitamento de créditos de ICMS.

Os ministros vão julgar o tema por meio de um recurso (RE 601 967) que questiona a aplicação da Lei Complementar nº 122, de 2006, que fixou uma data para os contribuintes poderem tomar crédito sobre bens de uso e consumo - aqueles que não são utilizados diretamente no processo de produção (materiais de escritório e de limpeza, por exemplo).

Por essa lei, só a partir de 2011 poderia haver o aproveitamento. Outras normas foram editadas depois e jogaram ainda mais para frente esse prazo. Atualmente, vale a Lei Complementar nº 171, de 2019, que permite a tomada dos créditos somente em 2033.

A Constituição Federal estabelece o ICMS como um tributo não cumulativo, com a possibilidade de compensar o imposto devido em cada operação com o valor cobrado na etapa anterior, diz o advogado Douglas Mota, do escritório Demarest. “Os ministros vão decidir, então, se a Constituição é soberana sobre a não cumulatividade ou se uma lei complementar pode impor restrições”, afirma.

Esse caso, que tem a relatoria do ministro Marco Aurélio, está previsto para ir a julgamento no dia 7 de agosto, no plenário virtual. Os ministros, nesta plataforma, têm prazo de uma semana para proferir os seus votos.

Há um outro processo, também envolvendo ICMS, que entra em pauta neste mesmo dia. A discussão é se os Estados podem cobrar o imposto de forma antecipada e se isso pode ser definido por meio de decreto (RE 598677).

São situações em que uma empresa, por exemplo, adquire mercadoria em outro Estado para vender ao consumidor final. Alguns Estados, sob a alegação de se proteger de sonegação fiscal, decidiram cobrar o ICMS quando o produto entra no Estado e não no momento em que a empresa que adquiriu o bem a vende para o consumidor final - quando, de fato, ocorreria a circulação da mercadoria (fato gerador do ICMS).

“Isso é um problema porque a empresa pode não conseguir vender. A mercadoria pode ficar parada no estoque. Grandes varejistas têm muitos problemas com isso no Rio Grande do Sul, por exemplo, um dos Estados que cobra antecipadamente”, afirma Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

Em um outro julgamento importante na mesma semana, os ministros vão decidir sobre a constitucionalidade da exigência de votação unânime no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para permitir que Estados concedam incentivos de ICMS. Esse caso já está andamento. Será retomado, no dia 7 de agosto, com o voto-vista de Alexandre de Moraes (ADPF 198).

O placar, por enquanto, está em três a dois contra a regra da unanimidade. A maioria, até agora, entende que fere o princípio democrático de direito. Os três ministros que votaram desta forma, Edson Fachin, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, divergiram da relatora, a ministra Cármen Lúcia. Ela levou em conta, para votar pela unanimidade, a jurisprudência da Corte contra a guerra fiscal e foi acompanhada por Gilmar Mendes.

Um outro caso, polêmico, envolve o IPVA. Os ministros decidiram recentemente que as locadoras de veículos têm de pagar o imposto ao Estado onde o carro circula, que não é, necessariamente, onde está registrado. Isso pode gerar um impacto enorme para as locadoras, que costumam registrar toda a frota em um só Estado - geralmente aquele em que está localizada a sede. No dia 7 de agosto será colocada em julgamento a tese que deverá ser seguida pelas demais instâncias (RE 1016605).

Petrobras deve registrar prejuízo no 2º tri

Balanço do segundo trimestre deve refletir efeitos da queda dos preços internacionais do petróleo

Por André Ramalho, Rodrigo Polito e Raquel Brandão — Do Rio e de São Paulo

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

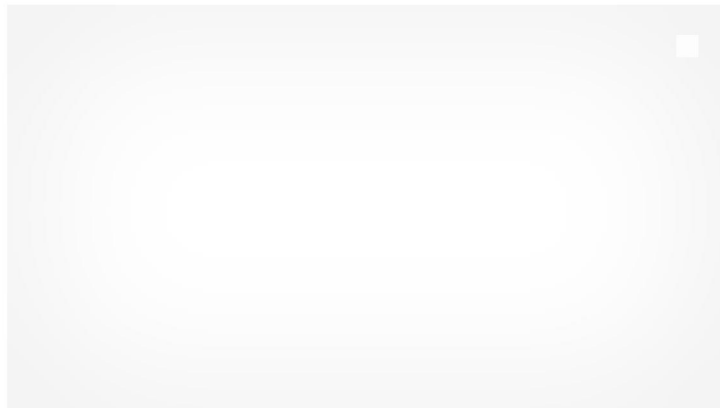
A Petrobras deve reportar amanhã um novo balanço vermelho, relativo ao segundo trimestre, depois de registrar prejuízo recorde de R\$ 48,5 bilhões nos primeiros três meses de 2020. A expectativa é que os resultados reflitam uma combinação de efeitos da deterioração do mercado global de petróleo, que viveu entre abril e maio seu momento mais crítico. A perspectiva entre analistas, contudo, é que o pior já passou. Ainda assim, é improvável que a estatal recupere o prejuízo do primeiro semestre e volte a pagar dividendos referentes a 2020.

Segundo a média de projeções de três bancos de investimentos consultados pelo **Valor** (Credit Suisse, Itau BBA e UBS), a Petrobras deve registrar no segundo trimestre queda de 32%, para R\$ 18,9 bilhões, no Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), na comparação com igual período do ano passado. O prejuízo estimado varia de R\$ 8,5 bilhões (Itau BBA) a R\$ 23 bilhões (Credit Suisse), revertendo o lucro de R\$ 18,9 bilhões apurado no segundo trimestre de 2019.

O balanço da empresa deve refletir uma combinação de impactos negativos da pandemia da covid-19, como o declínio acentuado dos preços do petróleo e uma queda da produção em relação ao trimestre anterior, frente a uma contração sem precedentes da demanda. A expectativa, no entanto, é que o resultado não seja novamente poluído por baixas contábeis causadas pela perda no valor de ativos e

investimentos (impairments). Em meio ao choque de preços, a Petrobras contabilizou, no balanço do primeiro trimestre, baixa de R\$ 65,3 bilhões.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Durante a Live do **Valor**, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse este mês que via como “muito improvável” as chances de a companhia voltar a fazer um novo impairment do tipo.

O Itau BBA destaca que a área de exploração e produção, o carro-chefe da petroleira, será impactada diretamente pela queda dos preços do petróleo. O banco cita que o barril do tipo Brent, referência global, caiu praticamente pela metade, de US\$ 68 no segundo trimestre de 2019 para US\$ 33,50 em igual período deste ano.

Já em termos de volume, a produção aumentou 4,1% em relação ao segundo trimestre de 2019, para uma média de 2,802 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) entre abril e junho deste ano. Frente ao primeiro trimestre, porém, houve queda de 3,7%, em reação ao choque de demanda global. Segundo estimativas da consultoria Rystad Energy, o consumo mundial de petróleo caiu 27,1% em abril, ante igual mês de 2019, e 19,8% em maio, também na comparação anual.

Diante da deterioração do mercado doméstico, a estatal conseguiu se manter ativa no comércio exterior. A Petrobras exportou, entre abril e junho, em média, 962 mil barris/dia de óleo bruto e derivados - redução de 6,7% ante o primeiro trimestre, mas um salto de 58,7% em relação ao segundo trimestre de 2019. Mesmo não tendo conseguido repetir o desempenho dos primeiros meses do ano, os volumes do segundo trimestre continuaram acima dos patamares de 2019. O UBS destaca,

porém, que os impactos na demanda devem ter levado a petroleira a negociar suas cargas com descontos em relação aos preços do Brent.

No refino, as receitas devem ser impactadas tanto pela queda das margens, quanto pela redução das vendas em si, diante da contração do consumo. Depois de chegar a operar com apenas 59% da capacidade das refinarias em abril, e Petrobras recuperou o fator de utilização do parque de refino nos meses seguintes e fechou o segundo trimestre com uma taxa de uso de 70% - ainda assim, abaixo dos 76% apurados entre abril e junho de 2019 e dos 79% do primeiro trimestre de 2020.

Do lado financeiro, o Credit Suisse estima um impacto negativo de US\$ 2 bilhões nos resultados, devido à exposição à depreciação do real. O banco, no entanto, acredita que “o pior ficou para trás”. “Continuamos a ver valor na Petrobras, com os preços do petróleo mais normalizados”, cita o relatório assinado pelo analista Regis Cardoso. Segundo o Credit, cada aumento de US\$ 5 na cotação do Brent adiciona US\$ 3 bilhões ao Ebitda anualizado da Petrobras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Ouçã a Febraban News
FEBRABAN NEWS | SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Supremo poderá julgar casos tributários de mais de R\$ 100 bi

Há pelo menos dez discussões relevantes pautadas para a primeira quinzena de agosto

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



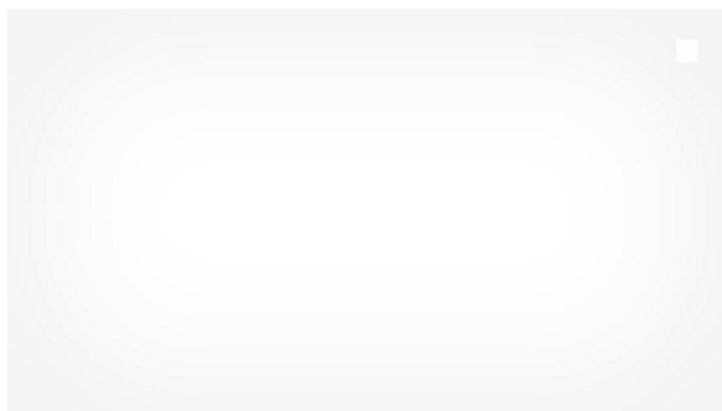
Ministro Dias Toffoli: inclusão na pauta de processos que discutem a cobrança de contribuições sociais — Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Enquanto governo e Congresso negociam uma reforma tributária, o Supremo Tribunal Federal (STF) prevê o retorno das atividades, na próxima semana, com uma pauta fiscal que pode impactar os cofres públicos em mais de R\$ 100 bilhões. Há pelo menos dez casos relevantes agendados para julgamento já na primeira quinzena de agosto. Seis deles envolvem cobranças de tributos federais.

A disposição dos ministros por temas tributários vem chamando a atenção desde que, em meio à pandemia, passou a ser permitido julgar processos com repercussão geral por meio do plenário virtual. Nesta plataforma, os julgadores têm prazo de uma semana para proferir os seus votos.

Uma das explicações pode estar no fato de os próprios relatores e os ministros com voto-vista terem o poder de incluir os processos para julgamento. No plenário físico ou nas sessões por videoconferência, o controle do que será analisado é do presidente, o ministro Dias Toffoli.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Só no primeiro semestre foram direcionados para o plenário virtual mais de 50 *leading cases* tributários (temas inéditos). “Em agosto haverá uma repetição do que já estava sendo observado no semestre anterior, especialmente no mês de junho, em que cerca de 30 *leading cases* foram levados a julgamento”, diz o advogado Daniel Corrêa Szelbracikowski, do escritório Dias de Souza.

Quatro julgamentos previstos para a primeira quinzena de agosto concentram o volume de mais de R\$ 100 bilhões. Essa é a previsão para o pior cenário: se a União perder a disputa e tiver que devolver o que os contribuintes pagaram a mais em tributos nos últimos cinco anos.

Seriam R\$ 68,6 bilhões em um único processo (RE 946648). A discussão envolve a cobrança de IPI. Os ministros vão decidir se as empresas têm que pagar o imposto ao revender produtos importados. O tema foi incluído na pauta do dia 14.

O julgamento será retomado com o voto-vista do ministro Alexandre de Moraes. Há, por enquanto, um voto para cada lado. O relator, ministro Marco Aurélio, é a favor de derrubar a cobrança. Já Dias Toffoli entende que os importadores devem pagar o imposto.

A União, neste caso, tem o apoio da indústria. Um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) prevê perdas bilionárias com a derrubada do IPI e consequente redução do preço dos produtos vindos do exterior. Para os importadores, por outro lado, a cobrança gera bitributação. O setor afirma que já paga IPI ao importar mercadorias.

“Esse caso envolve valores muito altos. Mas também estão na pauta outros temas de repercussão enorme para as empresas e também questões processuais importantíssimas. O STF está com muita disposição para o tributário. É a primeira vez que temos um início de semestre tão agitado”, diz o advogado Tiago Conde, do escritório Sacha Calmon.

Um dos processos colocados em pauta, com desfecho previsto para o dia 4, discute se há incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade (RE 576967). Esse julgamento se iniciou antes do recesso, no dia 26 de junho, e até agora, oito ministros votaram. A maioria se posicionou contra a tributação - placar de cinco a três.

Se afastada a tributação, a União deixará de arrecadar R\$ 1,2 bilhão por ano, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A conta poderá ser ainda maior se for obrigada a devolver aos contribuintes o que foi pago nos últimos cinco anos: R\$ 6 bilhões.

Outros dois casos, previstos para ir à votação no dia 7 de agosto, envolvem mais de R\$ 30 bilhões. O pano de fundo é o mesmo em ambos: a tributação sobre a folha de salários. Em um deles (RE 603624), os ministros discutem a cobrança da contribuição

de 0,6% destinada ao Sebrae, à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

No outro (RE 630898), discute-se a porcentagem destinada ao Incra. Os dois casos devem ser votados em conjunto. Foram liberados para julgamento pelo ministro Dias Toffoli - relator do processo envolvendo o Incra e com vista no caso Sebrae.

Há, por enquanto, um único voto no processo do Sebrae. Foi proferido pela relatora, a ministra Rosa Weber, que se posicionou contra a cobrança e pela devolução do que foi pago.

Há dúvida em relação a essas contribuições porque a Emenda Constitucional nº 33, de 2001, alterou a redação do artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição. Passou a constar no texto que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico “poderão” ter alíquotas com base no faturamento, receita bruta ou valor da operação e, no caso de importação, no valor aduaneiro - não incluindo, portanto, a folha de salários.

Os ministros do STF vão decidir, então, se o rol que passou a constar no artigo 149 é exemplificativo, por causa do verbo “poderão”, ou é taxativo e apenas o que consta nesse texto pode servir como base para o cálculo das contribuições.

Para a ministra Rosa Weber, as contribuições ao Sebrae, Apex e ABDI não poderiam ser exigidas desde 12 de dezembro de 2001, data de início de vigência da Emenda Constitucional nº 33.

“Esse argumento é o mesmo já adotado pelo STF em um outro caso [RE 559937], sobre a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação. O STF declarou a cobrança inconstitucional porque tinha fugido ao previsto no artigo 149”, diz Ademar Borges, do escritório Daniel Sarmiento Advogados.

Oito dos 11 ministros que decidiram dessa forma, em 2013, ainda estão no STF. Se mantiverem o entendimento de seus votos - a exemplo do que fez Rosa Weber - haverá maioria para tornar inconstitucional as cobranças ao Sebrae, Apex, ABDI e ao Incra. Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes são os únicos que não estavam presentes naquele julgamento.

No dia 7 de agosto também será levada ao plenário virtual a ação em que se discute a constitucionalidade da cobrança adicional de 10% do FTGS nos casos de demissão sem justa causa (RE 878313). Esse percentual era cobrado do empregador em conjunto com a multa de 40% destinado ao empregado, mas ia para a conta da União.

A cobrança foi extinta em dezembro por meio da Lei nº 13.932, mas advogados dizem que o tema é importante porque os contribuintes poderão receber os valores que foram pagos no passado.

O adicional de 10% foi criado em 2001, por meio da Lei Complementar nº 110, para cobrir o rombo dos expurgos inflacionários dos planos Verão (1989) e Collor I (1990) - orçado, na época, em R\$ 42 bilhões. Os contribuintes alegam que a finalidade da cobrança foi atingida no ano de 2007 e, por esse motivo, não seria mais devida.

Há ainda na pauta questões procedimentais. Em uma delas, os ministros vão decidir se a Receita Federal pode compensar, de ofício, débitos - inclusive aqueles que são objeto de parcelamento - com valores decorrentes de tributos pagos a mais (RE 917285).

O advogado Daniel Corrêa Szelbracikowski vê com preocupação essa quantidade de *leading cases* tributários sendo julgados no plenário virtual. “Porque a prática tem mostrado que nesses julgamentos nós podemos ter sérios problemas na formação do precedente. O plenário virtual não tem a interação real entre os julgadores, há uma mera soma de votos, e muitas vezes esses votos não conversam entre si”, diz.

O procurador Paulo Mendes, que coordena a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STF, porém, vê os julgamentos no plenário virtual com bons olhos. Mas, para ele, há ainda necessidade de alguns ajustes. Impor, por exemplo, limite para a quantidade de processos que são levados a julgamento a cada semana. “Hoje há um misto de satisfação, por os processos estarem sendo julgados, e de apreensão, por causa da quantidade. É ruim para os advogados e para os ministros”, afirma.

Tributo sobre pagamentos não é única maneira de desonerar folha, diz Appy

Eliminação de distorções do Imposto de Renda é alternativa, segundo diretor do CCiF

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal: proposta apresentada pelo governo traz menos benefícios do que uma reforma tributária ampla — Foto: Leo Pinheiro/Valor

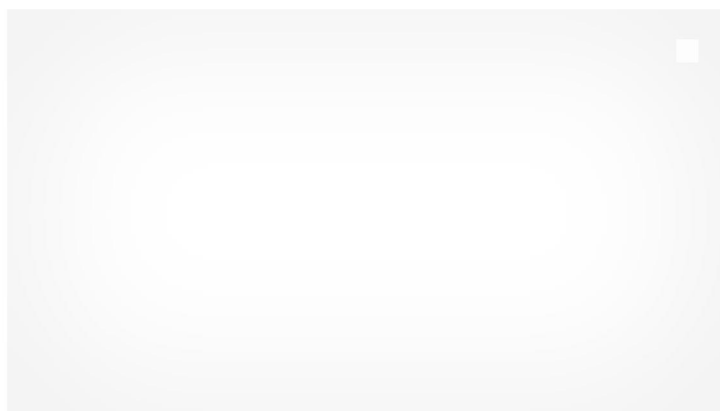
A ideia do governo de incluir em sua proposta de reforma tributária uma contribuição sobre pagamentos para financiar a desoneração da folha de pagamentos é criticada por Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-secretário-executivo do antigo Ministério da Fazenda. Segundo ele, uma

opção seria rever o Imposto de Renda, mesmo que essa fonte não seja suficiente para bancar o alívio nos tributos sobre os salários.

“O governo tem dado a entender que a única forma de fazer a desoneração da folha é através de uma CPMF. Isso não é verdade, você está eliminando uma contribuição que causa distorção e está substituindo por outra que também causa distorção que é a CPMF”, disse Appy ontem durante “live” do **Valor**.

Aventada desde o início do governo Bolsonaro, a alternativa é vista como uma reedição da CPMF e, mais recentemente, passou a mirar também os serviços digitais. Segundo Appy, a CPMF funciona muito mal em um ambiente de juros baixos e alíquotas altas. “CPMF é um imposto antiliquidez, estimula a desintermediação financeira”, afirmou.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Um caminho para financiar a desoneração da folha com outras fontes de receitas, pontua Appy, seria pela eliminação de distorções do Imposto de Renda. “Há muitas distorções no IR pouco justificáveis que beneficiam uma apenas uma parcela da população de alta renda”, disse.

Na semana passada, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a primeira parte de sua proposta de reforma tributária. Ela consiste na substituição de três contribuições sociais (PIS, Pasep e Cofins) pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

A sugestão não é ruim na essência, opina Appy, mas é mais restrita do que se desejaria. E, embora o Executivo prometa encaminhar outras alterações, o escopo atual pode desperdiçar um raro consenso do Legislativo de votar o tema. “A

proposta do governo em si não é ruim, claramente melhora a qualidade do PIS e da Cofins, e os aproxima de um bom imposto sobre valor adicionado”, disse.

O ponto de atenção, destaca, é que o impacto da mudança apresentada pelo governo é muito menor do que o de outros textos, como o da Proposta de Emenda à Constituição 45 (PEC 45), de autoria de Appy. “O benefício da proposta do governo é muito menor do que o de uma reforma tributária ampla”, afirmou.

Estudo divulgado pelo **Valor** no mês passado mostrou que a PEC 45 poderia elevar o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil em 20% em 15 anos.

Além de restrita, Appy também afirma que a alíquota estabelecida pelo governo para a CBS, de 12%, deve ser mais alta do que o necessário. “O governo é quem precisa mostrar os cálculos de como chegou neste valor. Mas a alíquota de 12% da CBS parece superestimada”, disse, lembrando que, dentro da PEC 45, há a previsão de que a carga tributária total não seja elevada.

A PEC 45 propõe a substituição de cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado de forma não cumulativa e onde os produtos são consumidos (destino). A mudança afetaria cerca de metade da carga tributária brasileira.

Qualquer que seja a reforma tributária que consiga avançar no Congresso, um dos receios mais debatidos é o possível aumento de carga para o setor de serviços. Segundo Appy, isso não é exatamente o que vai ocorrer.

“No modelo que está sendo proposto, tanto pelo governo como pela PEC 45, o setor de serviços vai pagar alíquota mais alta, mas vai dar crédito integral para o tomador de serviços. Na soma entre ambos, há uma redução da carga tributária”, explica.

O diretor do CCiF acrescenta que, no caso dos segmentos em que houver aumento de tributação, isso é justificável. “Pode ter sim aumento da carga em alguns dos serviços prestados ao consumidor. Mas, do ponto de vista distributivo, isso é correto. Quem consome serviços são as famílias mais ricas”, afirmou.



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Um Estado caro e ineficiente

Empresas brasileiras e cidadãos sustentam um Estado caro e ineficiente

29/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ganhou relevância nas últimas semanas um debate sobre um tema aparentemente incômodo, uma vez que o país enfrenta a mais grave crise sanitária em um século: a deterioração das finanças públicas, algo que já estava muito ruim antes da pandemia. Talvez, ninguém questione a decisão tomada pelas autoridades, no início desta tragédia, de dar prioridade neste momento à saúde de dezenas de milhões de pessoas, em vez de ao equilíbrio fiscal.

Lamentável foi o fato de o Brasil entrar nesta crise muito fragilizado, afinal, na segunda década deste século, erros cometidos em Brasília provocaram a explosão do déficit orçamentário e da dívida pública, empurrando a economia para a recessão mais longa e profunda de sua história (taxa de crescimento médio anual do PIB entre 2011 e 2020 pode ser de apenas 0,04%).

Ajuda emergencial poderia ter alcançado mais pessoas

O momento, porém, exige que se pare para pensar nas contas porque o futuro, principalmente, dos 50 milhões de brasileiros que vivem na miséria e os mais de 100 milhões condenados à pobreza e à falta de oportunidades, depende de decisões que Brasília tomará nos próximos meses.

Resposta à pandemia poderia ter sido muito melhor se a situação fiscal não estivesse tão delicada. “Estamos andando sobre gelo fino e com alto risco de perder o controle da nossa dívida pública, o que nos legaria décadas de inflação alta, instabilidade cambial e estagnação do crescimento. Ao querer expandir a despesa pública para ajudar os mais pobres, poderemos prejudicá-los, expondo-os à falta de emprego e de oportunidades de melhora na qualidade de vida”, adverte o economista Marcos Mendes, ex-consultor do Senado, hoje pesquisador do Insper.

Importante iniciativa para discutir onde estamos foi tomada na semana passada por Bolívar Moura Rocha, sócio do Levy & Salomão Advogados. Com passagem pelo Ministério da Fazenda quando Pedro Malan comandou a Pasta (1995-2002), Bolívar organizou conferência virtual com um grupo representativo de personalidades da vida. Além de Malan e Mendes, participaram, entre outros, Edmar Bacha, Everardo Maciel, Paulo Hartung, Nelson Jobim, Murilo Portugal e o deputado Marcelo Ramos, que presidiu a comissão especial da reforma da previdência.

“Nosso setor público gasta bem mais com políticas públicas do que outros países emergentes, porém, temos resultados bem piores. A despesa pública com educação passou de 3,9% do PIB em 2000 para 6,2% em 2015. Em proporção do PIB, gastamos mais do que 89% de todos os países para os quais há dados disponíveis”, revelou Mendes, que apresentou um trabalho revelador sobre a situação fiscal. “Apesar disso, os indicadores de aprendizado mostram que nosso desempenho em educação fundamental é menos eficiente que o dos nossos pares.”

Há mais coisas entre o céu de Brasília e a terra do que supõe a nossa vã filosofia. É comum ouvir-se que falta dinheiro para a educação no Brasil. Marcos Mendes mostra que esse foi um dos gastos que mais cresceram desde 1988. O Estado brasileiro expandiu-se de forma exponencial nos últimos 30 anos, mas os pobres continuam pobres e os miseráveis, miseráveis.

A ação do governo nesta crise poderia ter sido bem mais eficaz. “O auxílio emergencial e os seus problemas de implementação demonstram que a ineficiência não é exclusividade da pauta da educação. A ausência de dados para a implantação rápida do pagamento em larga escala tem custado ao programa tanto erros de inclusão, quando os benefícios são pagos indevidamente a quem não era elegível a

eles, como erros de exclusão, quando as pessoas realmente elegíveis não conseguem acessá-lo”, observa Mendes.

Temos recursos, mas gastamos mal, uma perversidade para tantos que precisam de auxílio. O mesmo problema ocorre com a arrecadação de tributos. Há uma imensa quantidade de taxas, impostos indiretos, regras especiais de impostos sobre a renda e de tarifas, observa o economista. “Disso resulta uma tributação que torna obscuro quem, de um lado, se beneficia, e quem, de outro, paga a conta. A tributação sobre a folha e a renda se concentra majoritariamente nos trabalhadores formalizados e nas grandes empresas. No caso da folha, embora a maior parte das contribuições previdenciárias seja juridicamente recolhida pelas empresas (cota patronal de 20%), do ponto de vista econômico são efetivamente pagas pelos trabalhadores.”

É impressionante constatar que quase 50% do custo da mão de obra formal no Brasil decorre de contribuições impostas pelo setor público, que acarretam menor remuneração para os trabalhadores. Os salários são baixos principalmente por essa razão. “A mesma diferença entre incidência legal e incidência econômica deve ser feita no caso da renda e do consumo. Os sócios de grandes empresas, que faturam acima de R\$ 78 milhões ao ano, recebem seus dividendos líquidos de impostos”, assinala Mendes. Do ponto de vista legal, ao final de cada ano ou trimestre, as grandes empresas são obrigadas a pagar 34% de tributos sobre o lucro fiscal, independentemente de sua distribuição aos sócios.”

A conta desse sistema recai, do ponto de vista econômico, sobre o acionista, que recebe menos dividendos. Essa é uma forma mais simples de tributação - concentrada na pessoa jurídica-, que facilita a apuração, o controle e a fiscalização, mas cria, explica o pesquisador do Insper, a percepção de que os dividendos não pagam impostos, além de prejudicar a competitividade das empresas brasileiras. Nos demais países, a tributação sobre o lucro é usualmente bem menor.

Mas, é bom lembrar, os chamados tributos “indiretos” também são pagos pelas empresas nas vendas de seus bens e serviços, contudo, se incorporam aos preços, sendo pagos pelos consumidores. “Esse talvez seja o debate mais difícil no Brasil, pois nossos impostos sobre o consumo têm bases fragmentadas e competências distribuídas entre União, Estados e municípios, o que dificulta a transparência para o seu real contribuinte, o consumidor final”, observa Mendes.

O impacto mais importante dessa confusão ocorre sobre a escolha das decisões de produção e de investimento, prejudicando a produtividade da nossa economia, lembra o economista. “A incidência de tributos depende do local onde a empresa se instala, das decisões sobre os métodos de produção utilizados e do tamanho de seu faturamento, prejudicando a produtividade. Não é incomum uma empresa optar por não crescer, não adotar métodos mais modernos ou não se situar perto dos fornecedores simplesmente para pagar menos impostos.”

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Ouçã a Febraban News
FEBRABAN NEWS | SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE